

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**THAYZA SOUZA CARVALHO**

**APARELHO REPRESSIVO DE ESTADO: MEMÓRIAS DA  
DITADURA EM SERGIPE**

**São Cristóvão – SE  
2017**

**THAYZA SOUZA CARVALHO**

**APARELHO REPRESSIVO DE ESTADO: MEMÓRIAS DA  
DITADURA EM SERGIPE**

Trabalho de Defesa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Letras – PPGL, da Universidade Federal de Sergipe, *Campus* Prof. José Aloísio Campos, como requisito de obtenção do título de Mestre em letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Leônia Garcia Costa Carvalho

**São Cristóvão – SE  
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Carvalho, Thayza Souza

C331a      Aparelho repressivo de estado : memórias da ditadura em Sergipe /  
Thayza Souza Carvalho ; orientadora Maria Leônia Garcia Costa  
Carvalho.– São Cristóvão, SE, 2017.

75 f. : il.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2017.

1. Análise do discurso. 2. Discursos parlamentares – Sergipe. 3.  
Prisioneiros políticos – Sergipe – 1964-1985. 4. Resistência ao governo. 5.  
Ideologia. I. Carvalho, Maria Leônia Garcia Costa, orient. II. Título.

CDU 81'42

## **AGRADECIMENTOS**

Porque dele, por ele e para ele são todas, a ele seja a glória para sempre! (Romanos 11:36)

A Deus, mestre dos mestres e fonte de toda sabedoria.

A meus pais, que sempre se esforçaram para me oferecer um ensino de qualidade.

Aos meus irmãos, que se alegram com cada degrau que alcanço.

A Josevaldo, pela presença, apoio e companheirismo sempre constantes.

À professora Maria Leônia, pela paciência em me orientar e pelo carinho sempre demonstrado.

Aos professores Wilton James Bernardo dos Santos e Isabel Cristina Michelan de Azevedo, pela contribuição durante a avaliação deste trabalho.

As minhas amigas Jaqueline Fontes e Mayre Jane, pela parceria, troca de conhecimento e demonstrações de carinho.

Enfim, a todos que torcem pelo meu sucesso.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva uma análise discursiva de depoimentos de ex-presos políticos da época da ditadura militar no Brasil, especificamente do estado de Sergipe, com o intuito de explorar marcas de resistência, decorrentes de políticas de censura no período citado. Para compor o estudo serão analisados os relatos de Milton Coelho e Wellington Manguiera, uma vez que foram nomes de extrema representação da luta contra a ditadura militar em Sergipe, vivenciando a terrível experiência da prisão e tortura. Tal estudo tem como fundamentação teórica a Análise de Discurso de linha francesa (AD), partindo dos postulados de Pêcheux (1988), Althusser (1980), Orlandi (1996, 2007, 2008, 2009) e Carvalho (2012) e das contribuições de outros estudiosos, tanto da AD, quanto da história do Brasil e de Sergipe, a exemplo de Napolitano (2014) e Dantas (2004). Entendemos o discurso como uma prática social que tem como materialidade a língua e sofre a influência da história e da ideologia produzindo, assim, efeitos de sentido. Para proceder às análises, utilizaremos a metodologia qualitativa, aplicaremos categorias teóricas da AD e utilizaremos como *corpus* relatos encontrados em *sites*, blogs e documentários. Como resultado, nos discursos de Milton Coelho e Wellington Manguiera foi possível perceber a contradição do que foi veiculado pelos militares, de não haver prática de tortura, e também a resistência dos ex-presos, que mesmo diante das perseguições e torturas não entregaram seus companheiros e mantiveram a luta pelos ideais, através da publicação de jornais que circulavam dentro da universidade, contando o que era vetado nos jornais de circulação externa, reuniões às escondidas e em grandes ou pequenos grupos para demonstrar o descontentamento com o sistema. As Formações Ideológicas (FI) do dominador e dos dominados ficaram evidentes por meio da regulação do Aparelho Repressivo de Estado (ARE). Em todo o relato as pistas linguísticas revelam o combate a um sistema que se utilizava de inúmeros métodos para deter a ação “subversiva”. O silêncio significante figura por meio das Formações Discursivas (FD) presentes nas manifestações de resistência durante as perseguições e torturas, deixando evidente que, mesmo diante da coerção, eles continuaram significando; uma vez que o silenciar-se não representa anulação dos sentidos, visto que o sujeito sempre significará por meio do simbólico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Análise de Discurso; Aparelho Repressivo de Estado; Discursos políticos; Ditadura Militar; Formações Discursivas (FD); Formações Ideológicas (FI); Resistência.

## ABSTRACT

The present work aims at a discursive analysis of testimonies of ex-political prisoners of the era of military dictatorship in Brazil, specifically the state of Sergipe, with the intention of exploring resistance brands. To compose the study analyzed in relation to Milton Coelho and Wellington Mangueira, since they were names of extreme representation of the fight against the military dictatorship in Sergipe, experiencing a terrible experience of the prison and torture. This study has the theoretical basis of French Speech Discourse Analysis (DA), starting from the postulates of Pêcheux (1988), Althusser (1980), Orlandi (1996, 2007, 2008, 2009) and Carvalho (2012) and the contributions of Other scholars, both from DA, and the history of Brazil and Sergipe, an example of Napolitano (2014) and Dantas (2004). We understand discourse as a social practice that has as its materiality a language and is influenced by history and ideology, producing effects of meaning. To carry out analyzes, we will use a qualitative methodology, apply theoretical categories of DA and use as corpus reports found on websites, blogs and documentaries. As a result, in the speeches of Milton Coelho and Wellington Mangueira it was possible to perceive a contradiction of what was presented by the military, of not practicing torture, and also a resistance of the ex-prisoners, which is the same of the persecutions and tortures did not surrender their Comrades and kept up the fight for ideals by publishing newspapers circulating inside the university, counting what was vetoed in the newspapers of external circulation, meetings in hiding places and small groups to demonstrate discontent with the system. As the Ideological Formations (IF) of the dominant and the dominated became evident through the regulation of the State Repressive Apparatus (SRA). Throughout the account as linguistic clues they reveal the combat to a system that used by numerous methods to stop a subversive action. Significant silence figures through discursive formations (FD) the manifestations of resistance during persecution and torture, making it clear that even so of coercion, they continue to mean; Since silence does not represent the annulment of the senses, since the subject always means through the symbolic.

**KEYWORDS:** Discourse Analysis; State Repressive Apparatus; Political speeches; Military dictatorship; Discursive Formations (DF); Ideological Formations (IF); Resistance.

## **LISTA DE SIGLAS**

AI – Ato Institucional  
AD – Análise de Discurso  
APES - Arquivo Público do Estado de Sergipe  
AIE - Aparelho Ideológico do Estado  
ARE - Aparelho Repressivo do Estado  
ARENA - Aliança Renovadora Nacional  
CODI – Centro de Operações de Defesa Interna  
CP - Condições de Produção  
CFC - Conselho Federal de Cultura  
DOI - Destacamento de Operações de Informação  
DOPS –Departamento de Ordem Política e Social  
FD – Formação Discursiva  
FI – Formação Ideológica  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MEC - Ministério da Educação  
PCB - Partido Comunista Brasileiro  
PSD - Partido Social Democrático  
SECULT - Secretaria de Estado da Cultura  
SNI - Serviço Nacional de Informações  
UFS – Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>CAPÍTULO 1 - LÍNGUA, DISCURSO E A ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	10
1.2 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA (FI) E FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD) .....	20
1.3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	23
1.4 SILÊNCIO: CENSURA E RESISTÊNCIA .....	24
1.4.1 Silêncio fundador .....	26
1.4.2 A política do silêncio (silenciamento).....	27
<b>CAPÍTULO 2 - DELINEANDO OS FATOS</b> .....	32
2.1 PANORAMA BRASILEIRO E SERGIPANO .....	33
2.1.1 “Choram Marias e Claricesno solo do Brasil” - A Operação Cajueiro .....	38
<b>CAPÍTULO 3 - A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E A ANÁLISE DE DISCURSO</b> .....	43
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO <i>CORPUS</i></b> .....	48
4.1 PERFIL DOS ATINGIDOS E MILITÂNCIA .....	48
4.2 EXECUÇÃO DAS PRISÕES NA OPERAÇÃO CAJUEIRO .....	57
4.3 MÉTODOS DE TORTURA .....	58
<b>CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	63
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	66
<b>ANEXOS</b> .....	70



## INTRODUÇÃO

As palavras de uma língua organizam-se de modo dinâmico, em discursos diversos, despertando, assim, a curiosidade dos estudiosos. Entender o comportamento dos discursos e os diferentes sentidos que uma mesma palavra pode adquirir no interior desses discursos, de acordo com a situação sócio-histórica é algo que requer um olhar atento.

É muito importante formar sujeitos críticos, capazes de discernir e apreender na incompletude e ou opacidade da língua, pois ao olhar para a linguagem a partir desse ângulo, a interpretação se torna necessária, pois intervém na relação do sujeito com o mundo.

O tema ditadura militar sempre foi motivo de muita curiosidade, mas também de tabu. Desde a condenação do Brasil, em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso da Guerrilha do Araguaia, muito se tem falado a respeito dos acontecimentos dessa época. Em meio a esses debates, foi retomado o processo de justiça de transição, iniciado com a instituição da Comissão da Anistia, em 2001; foi criada, em 2011, a Comissão Nacional da Verdade, com o propósito de dar continuidade às outras fases da justiça de transição e a Lei de Acesso à Informação Pública (Lei 11.527/11).

Seguindo esse espírito de justiça, com o objetivo de resgatar as verdades de um período cheio de lacunas, o Estado de Sergipe, através do governador Jackson Barreto, assina o Decreto nº 30.030 de 26 de junho de 2015 que instala a “Comissão Estadual da Verdade Jornalista Paulo Barbosa de Araújo”, que homenageia, em seu nome, uma das vítimas desse período. Em 26 de janeiro de 2016, a Comissão da Verdade começou a ganhar capítulos imensuráveis, vítimas de tortura e repressão começaram a ser ouvidas judicialmente em audiências abertas ao povo.

Em meio a todos estes acontecimentos, no dia 20 de fevereiro de 2016, a Operação Cajueiro completou 40 anos. Este ato de extrema repressão que marcou a história sergipana, sob ordens militares, culminou na prisão de 25 sergipanos, destes 18 processados, além do então deputado estadual Jackson Barreto, que não chegou a ser preso. Apesar de rememorar muita dor, a memória desta época sombria serve para que o povo construa sua memória e não permita que atos como estes voltem a acontecer.

Este trabalho surgiu da necessidade de atribuir sentido aos discursos dos presos políticos da época da ditadura militar, no estado de Sergipe. O acesso aos documentos dos presos políticos desta época, possibilitado através da lei de acesso à informação, intermediado pelo portal Memórias da ditadura, de abrangência nacional, gerou interesse, pois ainda é superficial o conhecimento e a quantidade de análise, principalmente no âmbito discursivo, acerca do período militar em Sergipe. Como já dito, somente em 2010, deu-se início à uma série de debates e a retomada de questões que estavam no esquecimento. Em Sergipe, no dia 26 de janeiro de 2016, a Comissão Estadual da Verdade começou a promover audiências públicas, no auditório do Museu da Gente Sergipana, para ouvir depoimentos de pessoas que sofreram os mais variados tipos de violação de direitos, desde perseguições até torturas e assassinatos, durante a Ditadura Militar; ouviram também o depoimento dos familiares.

No final de março de 1964, o Brasil viveu algo que marcou profundamente a história do seu povo, o golpe de Estado ocasionado pela derrubada do presidente João Goulart e domínio dos militares. Os acontecimentos desta época não marcaram apenas os vinte anos que durou o período militar, mas ressoam até hoje na cabeça de quem vivenciou a repressão ou teve alguém próximo envolvido. Apesar do grande desenvolvimento ocorrido na época, a economia brasileira, por exemplo, cresceu atingindo o oitavo PIB mundial, mas houve, também, situações inversas, a violência e a desigualdade social cresceu fomentada, em grande parte, pelo Estado. O desenvolvimento cultural foi interditado, apesar desta censura ter estimulado a cultura de esquerda. Todo o processo de modernização apregoado pelos militares ocorreu de modo a promover a mobilidade da renda, sem passar pelas reformas sociais, vigiando e reprimindo os movimentos sociais.

Apesar de manter uma fachada democrática, os militares se investiram de recursos como a Lei de Segurança Nacional (LSN) e Atos Institucionais (AI) para enquadrar como subversivas as ações dos reformistas, silenciando dessa forma quaisquer atuações contrárias à forma de comandar o Brasil. Muitos sindicalistas, estudantes secundaristas e universitários, intelectuais e outros que eram vistos como ameaças ao governo foram presos, interrogados, acareados, torturados e indiciados. Em Sergipe não foi diferente, os “subversivos” lotaram as instalações do quartel do 28º BC.

Com a criação, em 2009, do portal “Memórias Reveladas”, um banco de dados que contém informações referentes às lutas políticas travadas no país, durante o período

da ditadura, tornou-se disponível a consulta de materiais dessa época. Em Sergipe, o projeto Memórias Reveladas é executado pela Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), através do Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES).

Este trabalho, cujo título é “Aparelho (repressivo) do Estado: memórias da ditadura em Sergipe”, analisa, portanto, depoimentos dos presos políticos Milton Coelho e Wellington Mangueira, a partir de relatos encontrados em sites, blogs e documentos. Tal escolha se deu pelo maior volume de material disponível, tendo em vista que ambos foram presos e torturados durante a Operação Cajueiro.

Tem-se, portanto, como objetivo geral identificar, no funcionamento discursivo dos presos políticos, por meio de depoimentos e relatos, as formas de resistência, as contradições e os pontos de confronto com outros discursos, tomando como parâmetros a história e a memória discursiva.

Os objetivos específicos consistem em:

- a. Delinear as condições de produção dos discursos em análise;
- b. Reconhecer, nos discursos dos perseguidos políticos, os pontos de convergência, resistência ou confronto com outros discursos de seu meio social.

Para realizar os objetivos traçados, os *corpora* se constituem de textos selecionados do jornal Gazeta de Sergipe, do período de 1975 a 1977 e relatos dos presos políticos, colhidos do *site Minha Terra é Sergipe* e do blog *Aracaju na virada dos 70: juventude, transgressão emilitância*. Como critérios, foram escolhidos textos que retratam experiências vividas em Sergipe, na época da ditadura, e reproduzem a luta ideológica, na qual o Estado, comandado pelos militares, propagava.

Tal estudo terá como fundamentação teórica a Análise do Discurso de linha francesa, que tem como precursor Michel Pêcheux, conseqüentemente, a nossa referência primeira. Outros autores contribuem também para fundamentar este trabalho, assim, através de leituras de obras de Louis Althusser e Eni Orlandi, articula-se a perspectiva marxiana. Em Althusser, busca-se as noções a respeito de ideologia, Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos Repressivos de Estado, tendo as relações sociais e a história, como *germen* de tais ideias. Em Orlandi, embasamos a teoria sobre o silêncio, essencial para entender como tal fenômeno pode se apresentar, atribuindo-lhe sentido.

## CAPÍTULO 1 - LÍNGUA, DISCURSO E A ANÁLISE DE DISCURSO

O homem é um ser social, ou seja, é capaz de agir, muito mais que biologicamente, a fim de atingir uma finalidade teleológica. Nesse sentido, Lucáks desenvolve ideia de que a atividade humana se desenvolve mediada por inúmeras posições teleológica, que “é a capacidade de antever o resultado com o planejamento da ação.” (LUCÁKS, 1979, p.17). Segundo ele, “todos os momentos da vida sócio-humana, quando não têm um caráter biológico, por exemplo, (respirar) são resultados causais de posições teleológicas e não simples elos de cadeias causais”. (LUCÁKS, 1979, p.351). Diante disso, as relações sociais e econômicas coexistem a partir de diferentes ideias que se confrontam mantendo e transformando estas relações.

Segundo Amaral (2005), o ato teleológico passa por dois momentos. No primeiro, o homem atua, age sobre a natureza com a finalidade de atender a sua necessidade primária, tais como alimentar-se e proteger-se. Nesse momento, o homem “transforma a natureza e é por ela transformado” (Ibidem, p.40). Com a complexificação das necessidades, as posições teleológicas se diversificam para atender esses anseios, entre eles a necessidade de intervir no comportamento dos outros homens. Nesse momento, surgem posições secundárias, que vão ter como objeto o homem e suas ações laborativas e extra-laborativas e vão “induzir os homens a assumirem posições frente às exigências do processo de produção e reprodução de sua existência” (Ibidem, p.40).

Esse processo tem início a partir de um “salto ontológico” (LUCÁKS, 1979), que é quando o ser humano deixa de agir condicionado à lógica biológica e passa a controlar suas ações de modo consciente e planejado a suprir suas necessidades. Esse domínio dos atos só foi possível por meio da constituição de uma linguagem organizada por meio da língua.

Essa necessidade de o homem se comunicar, de estabelecer relação entre seus pares fez com que houvesse um salto irreversível da posição teleológica primária, para a secundária. Desse modo, a linguagem é elo entre os constituintes do gênero humano e a diferenciação entre os demais seres.

O início do século XX apresentou uma série de acontecimentos que marcou o mundo, tanto economicamente quanto politicamente, a exemplo da Primeira Guerra mundial e a Revolução Russa. O mundo ansiava por respostas concretas e obteve na ciência um meio confiável para a resposta aos questionamentos. Logo, todo ramo do conhecimento precisava adquirir caráter científico para ser reconhecido, desse modo, a Linguística, por meio dos trabalhos do suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913)<sup>1</sup>, obteve o patamar de ciência.

Com a teoria de Saussure, a língua foi alçada ao nível de objeto científico, podendo ser observada, descrita e analisada por meio de critérios objetivos e sistemáticos. Nos seus postulados, a língua é tomada como um organismo que evolui naturalmente, ela nasce, cresce e morre.

Para estabelecer sua tese, ele apresenta uma distinção dicotômica entre *langue* (língua) e *parole* (fala). De acordo com Saussure, a ideia de *langue* deve ser observada enquanto sistema linguístico que padroniza, sistematiza os enunciados da língua. Enquanto a noção de *parole* designa os enunciados reais e individuais. Essa dicotomia separa o social do individual e delimita as áreas específicas da linguística tomando, cada uma, objetos distintos.

### 1.1 ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA: APROXIMAÇÕES ENTRE MICHEL PÊCHEUX E LOUIS ALTHUSSER

A respeito da separação entre a língua e o social, o francês Michel Pêcheux envereda por uma visão materialista do discurso, na qual não vê a Semântica como uma parte da Linguística, mas como o ponto nodal das contradições que envolvem a disciplina, sendo esta contradição a ligação com a filosofia materialista (BRANDÃO, 2004, p. 38-39). Em seus postulados, Pêcheux não pretende resolver o impasse, mas analisar profundamente a situação, através do materialismo histórico.

Desse modo, ele estabelece a noção de *base linguística*, espaço no qual se realiza os processos linguísticos e de processo discursivo-ideológico “elaborado a partir da noção foucaultiana de sistema de formação compreendida como conjunto de regras

---

<sup>1</sup> Referimo-nos, especialmente, à obra póstuma *Cours de linguistique générale* [Curso de Linguística Geral], lançada em 1916 por dois dos alunos de Ferdinand de Saussure: Charles Bally e Albert Sechehaye. Trata-se, na verdade, de anotações feitas por alunos de Saussure, a partir dos três cursos por ele ministrados na Universidade de Genebra, durante cinco anos, conforme indica Altman (2013).

discursivas que determinam a existência dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas, estratégias” (BRANDÃO, 2004, p. 41)

Pêcheux preocupou-se em inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, uma vez que o ideológico se materializa no discurso por meio da língua. Logo, é no discurso que as significações emergem.

O discursivo pode ser definido como um processo social cuja especificidade está no tipo de materialidade de sua base, a materialidade linguística, já que a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a forma da interpretação - leia-se: da relação dos sujeitos com os sentidos historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída. (ORLANDI, 1996, p. 146-147).

A Análise de Discurso Francesa (AD) surge com Michel Pêcheux, ressignificando as concepções vigentes na década de 60 e concebe as noções de língua e discurso a partir de três áreas do conhecimento:

o materialismo histórico, com a teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; a linguística, com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a teoria do discurso, com a teoria da determinação histórica dos processos semânticos. As três estão atravessadas por uma teoria da subjetividade psicanalítica (SOBRINHO, 2007, p.38).

Visto isso, a concepção de língua e de discurso aqui adotada será a da AD, pois para compreender estes fenômenos ele cria uma ótica focada no sujeito, na história e na ideologia, entendida a partir das relações sociais dentro de determinada formação social. Para Pêcheux “o discurso não é a *parole*, nem uma extensão da frase; por sua vez, o sujeito não é “fonte” individual de seu dizer e, ainda, que os sentidos são produzidos no processo sócio-histórico determinado”, (SOBRINHO, 2007, p. 40).

Sendo o discurso o objeto da AD, sua prática será regulada pela ordem da língua e da história. Entende-se então a “ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica”, (ORLANDI, 1996, p. 45). Desse modo, para entender os diferentes sentidos expressos na língua é preciso levar em consideração a relação entre sujeito e história, pois, para Pêcheux, essas contradições surgem a partir dos conflitos histórico-sociais. A língua é um jogo em que os sentidos se movem dentro de condições determinadas, fazendo com que palavras diferentes produzam sentidos semelhantes e palavras semelhantes sentidos diferentes; dessa forma os discursos se materializam por meio da língua. Logo, para Malidier (1997, p. 82) o discurso é:

uma prática, resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas. Este complexo de relações, para nós, deve ser estabelecido no quadro do conjunto articulado dos conceitos do materialismo histórico.

Ainda segundo Magalhães, (2003, p.76):

a materialidade expressa em um discurso traz a marca da subjetividade que a produziu, mas não no sentido de ser apenas expressão da individualidade do autor, pois o que está ali expresso é a relação entre uma individualidade, posta em um tempo e espaço definidos historicamente, e uma realidade que está sendo representada por essa individualidade, com consciência do que está fazendo, mas sem o domínio de todas as alternativas postas por essa mesma realidade.

Nestas citações vemos que o discurso aparece indissociável da história, uma vez que sua materialidade não se efetua apenas pelo uso do código, mas pela inscrição na história. O indivíduo, por meio do seu discurso, reflete a realidade do espaço e do tempo no qual está inserido. Logo os indivíduos, através da resignificação, produzem diferentes discursos de acordo com a sua realidade, mas entrelaçados, como pode ser constatado em Carvalho (2012, p.34) “há entre os discursos uma cadeia, um nexos causal que lhes determina o sentido; daí a necessidade de, ao interpretá-lo, relacioná-los entre si para melhor compreendê-los”; tudo isso é determinado pelas posições ideológicas.

O texto inicial do pensamento de Pêcheux sobre ideologia foi o trabalho do filósofo Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1970). A sua obra faz uma leitura inovadora dos postulados de Karl Marx, traçando uma crítica ao idealismo, pois nega o valor de ciência do materialismo histórico, o que acarreta o surgimento de tendências liberais e reformistas dentre os teóricos comunistas e ao economicismo, no qual o econômico, em última instância, é o gerador das forças produtivas e, conseqüentemente, da dinâmica da história.

Ao romper com essa concepção, Althusser mostra que Marx, em suas obras, especialmente em *O capital*, sustenta o primado das relações de produção, mostrando que o fator econômico, embora seja a base, não é o único determinante no curso das lutas de classes.

Durante a análise das estruturas sociais, compreendidas a partir do conceito de infraestrutura e superestrutura, noções base para a compreensão do pensamento de Karl Marx, Althusser chama a atenção para o que ele define como “índice de eficácia respectivo”, que é a força que uma parte tem sobre a outra. Para explicar tais conceitos,

Marx faz uma associação com a metáfora do edifício ou metáfora espacial, na qual a sociedade é formada a partir de várias camadas hierarquicamente estabelecidas. Segundo o teórico, é na infraestrutura que se dão as relações de trabalho, marcadas pela exploração da força de trabalho, na qual a dominante se impõe sobre a dominada. Já a superestrutura é o resultado das estratégias do grupo dominante para manter o seu domínio, podendo ser pelo uso da força ou ideologia. A esse respeito ele diz

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Fazem parte da infraestrutura, a estrutura social e a estrutura econômica e da superestrutura, a estrutura ideológica, a estrutura política, a estrutura jurídica e a estrutura religiosa. Pela metáfora, a base (superestrutura), lugar no qual está o domínio econômico, afetaria todos os outros andares (a infraestrutura) por se tratar de toda a sustentação.



Na sua releitura, Althusser chama a atenção para o fato de que esse índice não funciona por meio de tal dinâmica, na prática a base econômica determina em última



instância os andares, fazendo com que cada andar seja afetado por índices diferentes, atribuindo a metáfora espacial um caráter descritivo. Ele não rejeita esse modo de representação clássica, mas vai além, dizendo que esse modo de organização é assegurado, em grande parte pela superestrutura, ou seja, o jurídico, o político e o ideológico. Da noção de índice de eficácia, que é a força de dominação exercida, ele formula o termo *sobredeterminação*, que pode ser entendido como:

[...] determinação de certas estruturas de produção subordinadas por uma estrutura de produção dominante, portanto, a determinação de uma estrutura por uma outra estrutura, e dos elementos de uma estrutura subordinada pela estrutura dominante, portanto determinante (ALTHUSSER, 1980, p.138).

Para explicar melhor o índice de eficácia, Althusser, em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, afirma que a classe dominante gera mecanismos para se manter no poder e vai ser o Aparelho de Estado (AE) que vai assegurar tal ação por meio dos Aparelhos Repressores de Estado (ARE) e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). O Aparelho de Estado é um termo utilizado pelos clássicos marxistas para referir-se ao Estado, no sentido estrito, cuja estrutura é composta pela administração, polícia, tribunais, prisões e exército. A respeito do poder do Estado, Althusser (1980) discorre:

O Estado é uma <<máquina>> de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e a <<classe>> dos proprietários da terra) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submetê-la ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (p. 31).

De acordo com a sua teoria, o termo Aparelho Repressivo de Estado serve para indicar quando o Aparelho de Estado age pela ou no limite da força. Já os Aparelhos Ideológicos de Estado representam instituições especializadas que se apresentam de modo imediato ao observador. São exemplos: o AIE religioso, o AIE escolar, o AIE familiar, o AIE jurídico, o AIE político, o AIE sindical, o AIE da informação e o AIE cultural, (ALTHUSSER, 1980, p. 43-44). O Aparelho Repressivo de Estado atua no domínio público, enquanto a maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado atua na esfera privada, mas, o principal é que o ARE funciona pela violência, os AIE funcionam pela ideologia. Cabe observar que essa funcionalidade é a predominante, mas pode funcionar inversamente, de modo secundário.

Logo, a noção de *sobredeterminação* está entrelaçada ao índice de eficácia e ocorre quando uma camada da sociedade determina, estabelece uma relação de poder

sobre outra, desse modo, Althusser enfatiza os efeitos que a superestrutura, formada pelo conjunto das ideologias, exerce sobre a infraestrutura.

Althusser estabelece relações entre ideologia e reprodução das relações de produção, mostrando que uma sociedade para garantir sua continuidade necessita reproduzir suas condições de produção. Para exemplificar as condições de produção, ele vai mostrar as relações que se dão entre os agentes da produção econômica. A necessidade de reprodução leva a ideia de falta, uma falta que precisa ser repostada para a continuação dos bens necessários para a manutenção, no caso de uma sociedade capitalista a relação da força de trabalho se manifesta em uma empresa, por exemplo.

Mas a manutenção do processo de produção não ocorre apenas por meios materiais, a força de trabalho deve ser apta, qualificada, segundo as exigências dos seus postos e para assegurar esta qualificação está o sistema escolar capitalista, além de outras instituições. A escola é a instituição que, além de receber sujeitos de todas as classes sociais, recebe-os em sua fase mais vulnerável, a infância, e vai ensinar saberes práticos que vão ser aplicados nos diferentes postos. Além disso, a escola também vai ensinar, naturalmente, que existe uma divisão de acordo com a posição dos sujeitos, diretor – professor – aluno, e regras de acordo com o lugar que ocupam. Além disso, os alunos aprendem a falar bem, escrever bem, calar-se no momento oportuno, saber ouvir; todos estes saberes práticos envolvidos na orientação da ideologia da classe dominante.

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam <<saberes práticos>> mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o <<manejo>> da <<prática>> desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos <<profissionais da ideologia>> (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra <<penetrados>> desta ideologia, para desempenharem <<conscientemente>> a sua tarefa – quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus <<funcionários>>), etc (ALTHUSSER, 1980, p. 23).

Visto isso, a escola não vai apenas qualificar os alunos, mas vai ensinar-lhes, de modo sutil, por meio da palavra, que existe uma hierarquia, uma submissão às regras e ao saber seu papel e sujeitar-se ideologicamente, o sujeito mantém a reprodução do sistema e, conseqüentemente, a dominação da classe dominante, uma vez que a escola constitui o Aparelho Ideológico de Estado dominante. Essa relação é caracterizada por lugares bem marcados, cada ator social tem um lugar e ele se reconhece e é reconhecido nesse espaço por meio dos mecanismos ideológicos.

A sujeição é o mecanismo que gera o efeito de reconhecimento e possui duplo efeito “o agente se reconhece como sujeito e se sujeita a um Sujeito absoluto. Em cada ideologia, o lugar do sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 08). Cabe destacar que, durante o regime militar brasileiro, um dos espaços de propagação da ideologia militar foi à escola, por meio da doutrinação de crianças, jovens e adultos, com castigos severos aos que se opusessem ao sistema. Dessa forma, foi possível assujeitar muitos alunos, fazendo-os seguidores ou silenciar outros, por meio da repressão.

Em um segundo momento, Althusser vai retomar seu estudo sobre ideologia, mas o enfoque não será mais as situações de reprodução dentro dos AIE, mas a conceituação de uma ideologia que ele chama de geral. Para tanto formula três teses: a) “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência”, b) “a ideologia tem uma existência porque existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas”, c) “a ideologia interpela indivíduos como sujeitos”.

Em sua primeira tese, afastando-se da concepção simplista de ideologia como imitação da realidade, Althusser apresenta duas vertentes: uma imaginária e outra material. Primeiro ele retoma a frase de Marx “A ideologia não tem história” explicando-a a partir de uma visão positivista, a de que a ideologia é eterna, transcende.

[...] se é verdade que o caráter próprio da ideologia é ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais que estes a transformam em uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica no sentido de que essa estrutura e esse funcionamento estão presentes, sob uma mesma forma, imutável, no que se chama a história inteira, no sentido de que o Manifesto define a história como a história da luta de classes, isto é, a história das sociedades de classes (ALTHUSSER, 1980, p. 75).

Destarte, a não-história é resultado de uma imutabilidade presente na ideologia. Assim, para tornar sua posição mais clara, Althusser retoma Freud em sua proposição de que “o inconsciente é eterno”, isto é, não tem história, (1980, p.74). Logo a ideologia não tem história por permanecer imutável no decorrer das lutas de classe, mas precisa dela para se inscrever e passar a significar.

Com essa tese ele tenta desvincular a ideologia de uma suposta base material, uma vez que a consciência dos indivíduos é formada a partir do imaginário e não por suas experiências na produção econômica ou de vida, embora façam alusão à realidade, o que é manifestado é apenas uma interpretação. Essa deformação imaginária ocorre

devido à “alienação material que reina nas condições de existência dos próprios homens” (ALTHUSSER, 1980, p.80). Dessa forma, a ideologia não vai representar as relações de produção existente, mas uma fusão das relações imaginárias, com as relações reais em que vivem. Ainda dessa tese decorre outro pensamento: “a ideologia tem uma existência material. Essa ideia material da ideologia emana do fato dela sempre se realizar dentro de espaços concretos (religioso, moral, político, jurídico). Logo, os sujeitos que vivem dentro de determinadas ideologias adotam determinados comportamentos, a exemplo do que crê no direito, que se submeterá às regras do direito, ou seja, vai agir de acordo com o ritual estabelecido pelo sistema. A partir do momento que o indivíduo reconhece que seus atos equivalem aos rituais de determinada ideologia, atendem à interpelação submetendo-se a ela e tornando-se Sujeito .

Em sua segunda tese, Althusser parte do princípio que para a ideologia ter existência real deve acontecer dentro de um aparelho ideológico material e não ancorada na existência espiritual. Desse modo, ao se realizar em atos concretos, tem uma função moldadora das ações, ou seja, toda ação humana só se constitui numa ideologia e através de uma ideologia. Logo, a ideologia sempre interpelou os indivíduos como sujeitos, antes mesmo do seu nascimento. Assim, a família, na expectativa do nascimento de uma criança, confere-lhe inúmeras características, entre elas o nome, uma identidade, tornando-a sujeito dentro da configuração ideológica familiar na qual será concebida.

Ao defender a sua ideia central, a *interpelação ideológica*, Althusser aprofunda o conceito de ideologia, pois a ideologia vai ser o fator que age na interpelação ideológica, direcionando os indivíduos a seguirem uma orientação. De acordo com o filósofo é preciso entender a ideologia como um fenômeno que manifesta ações coletivas, pois “uma teoria das ideologias particulares exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, moral, jurídica, política), posições de classe” (ALTHUSSER, 1980 a, p.71). Ao escolher uma ideologia social, Althusser entende a ideologia coletiva diferente da ideologia particular, que possibilita ao indivíduo acreditar que é o indivíduo gerador da sua consciência.

Ele ressalta, também, que o sujeito é a categoria constitutiva de toda a ideologia, uma vez que a ideologia constitui os indivíduos em sujeito. Há um entendimento da noção de sujeito e por esse motivo as pessoas seguem os rituais aos quais estão enquadrados; mas não há o entendimento do mecanismo de reconhecimento de ser

sujeito. Logo é preciso entender que a uma linha que separa o sujeito-indivíduo do Sujeito-ideológico, este representado com S maiúsculo; os indivíduos vão sofrer a ação da ideologia que irá transformá-los em sujeitos. Essa ação é o que Althusser vai chamar de “interpelação”.

Sugerimos então que a ideologia «age» ou «funciona» de tal forma que «recruta» sujeitos entre os indivíduos (recruta-os a todos), ou «transforma» os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos) por esta operação muito precisa a que chamamos a interpelação, que podemos representar-nos com base no tipo da mais banal interpelação policial (ou não) de todos os dias: «Eh! você» (ALTHUSSER, 1980, p. 99).

Neste exemplo, vemos que o fato de se reconhecer no chamamento já torna o indivíduo em sujeito, assim como ao nascer receber um nome. A ideologia interpela os indivíduos em sujeitos, de modo que estes não se reconhecem dentro de uma ideologia, não tem a noção que os seus atos seguem o script da ideologia inserida. Antes mesmo do nascimento tais indivíduos são afetados pela expectativa que é criada pelo seu nascimento e além disso antes de nascer é certo que receberá um nome. Logo, para Althusser a ideologia vai funcionar como Sujeito, pois tem como função interpelar os indivíduos em sujeitos, subjugando-os, assujeitando-os às suas normas. O Sujeito é aquele que age, que pratica uma ação, dessa forma, para ser Sujeito a ideologia precisa atuar sobre os indivíduos.

Com a interpelação ideológica Althusser vai demonstrar como a ideologia funciona na vida real.

Conhecedor das teses de Althusser, Pêcheux utiliza-se da sua concepção de ideologia, preocupando-se em inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes, uma vez que o ideológico se materializa no discurso por meio da língua. Logo, é no discurso que as significações emergem. Segundo Orlandi (1996), precursora da Análise de Discurso Francesa no Brasil

O discursivo pode ser definido como um processo social cuja especificidade está no tipo de materialidade de sua base, a materialidade linguística, já que a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. Daí decorre que a forma da interpretação - leia-se: da relação dos sujeitos com os sentidos historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída. (ORLANDI, 1996, p. 146-147)

Além de relacionar à compreensão dos estudos linguísticos à noção de Aparelhos Ideológicos de Estado, Pêcheux inclui ainda o entendimento da prática política do movimento operário, pois para ele os interesses políticos e o materialismo

histórico são indissociáveis, unindo o político e ideológico; fator também trabalhado por Althusser.

Ao entender a ligação da ideologia com o discurso, os conceitos de Formação Ideológica (FI), Formação Discursiva (FD) e Condições de produção (CP) são vitais para compreender o funcionamento do discurso.

## 1.2 FORMAÇÃO IDEOLÓGICA (FI) E FORMAÇÃO DISCURSIVA (FD)

Para a manutenção e progresso da sociedade, diversas ideias convivem e se confrontam em um dado momento histórico. O sujeito diante das diferentes situações é levado por um ato teleológico, ou seja, é impelido a planejar, prever e elaborar estratégias, assumindo posições ideológicas. Para Pêcheux, o materialismo histórico deve ser tomado a partir da superestrutura ideológica referente ao modo de produção dominante, mantido pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Logo, as ideias vão surgir a partir da relação do sujeito com a história e com a língua, gerando então o sujeito ideológico. Esse sujeito ocupa lugares sociais acreditando ser senhor das suas ações, quando na verdade é interpelado ou assujeitado pela ideologia.

Florêncio (2009, p. 69) diz que “as formações ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam/são colocados”. Entende-se, pela citação de Florêncio, que as formações ideológicas sustentam os dizeres produzindo sentidos que discursivamente camuflam conflitos e passam a ideia de não contradição de classes e seu efeito ideológico está, justamente, em pensar que existe sentido transparente. O sentido vai se configurar na posição assumida pelo sujeito do discurso.

Levando em conta a relação de classe, são as Formações Discursivas (FD), que dentro de uma Formação Ideológica (FI), determinam “o que pode e deve ser dito”. Entender a noção de formação discursiva é primordial na Análise de Discurso, pois nela os sentidos determinados pelas posições ideológicas são ressignificados. As formações ideológicas são atravessadas por várias formações discursivas que é o lugar onde são conduzidos os dizeres nos diversos momentos. Assim as palavras adquirem sentido de acordo com a formação discursiva que está inserida. Elas tanto podem representar uma formação ideológica, como colocá-las em confronto.

Para entender a noção de Formação Discursiva na Análise de Discurso Francesa, é preciso retomar a noção primeira, traçada por Michel Foucault

se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2012, p. 47).

Influenciado pela noção de Formação Discursiva foucaultiana, Pêcheux aderiu este conceito aos seus postulados, porém fez uma reformulação alinhada ao materialismo dialético.

Para Pêcheux, a concepção de Formação Discursiva está imbricada a de Formação Ideológica (F.I), pois uma ou várias F.D atravessam uma F.I. Neste ponto, Pêcheux difere de Foucault, pois este não trabalha com a ideia de ideologia. Em vez de ideologia, Foucault fala em saberes/poderes que não passam pela luta de classes e não são determinados por fatores econômicos. Para o marxismo, todo processo discursivo passa pela luta de classes, cujo embate deve ocorrer até o desaparecimento da classe dominante.

Ao inserir a noção de ideologia, Pêcheux define Formação Discursiva como:

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. . (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Nessa primeira formulação, publicada no artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*, (1971), fica evidente a necessidade de pertencimento por meio da luta de classes, uma vez que o sentido será produzido de acordo com a posição ideológica que o sujeito está inserido; o que permite a uma mesma proposição mudar de sentido quando enunciadas em posições diferentes, logo, o sentido produzido na formação discursiva decorre da posição que o sujeito ocupa. Em 1975, em *Semântica e Discurso*, Pêcheux atrela o conceito de formação discursiva ao de interdiscurso.

Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao ‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (Pêcheux, 1995, p. 162)

Nessa citação é preciso atentar-se para ocorrência de uma dissimulação, ou seja, o sujeito acredita ser o autor do que diz, mas na verdade é apenas mais uma voz que reproduz um discurso delimitado por um “todo complexo com dominante” atrelado a uma formação ideológica e perpetuado por outras vozes, com o intuito de produzir um esquecimento na teia discursiva. Esse procedimento de esquecimento é o Interdiscurso, que evidencia a relação de poder, na qual assujeita materiais para uma FD. O processo de apagamento e repetição permite que o sujeito acredite ser o autor do dizer, apagando, desta forma, a identidade discursiva.

O interdiscurso consiste em um processo de reconfiguração incessante no qual uma formação discursiva é conduzida [...] a incorporar elementos pré-construídos produzidos no exterior dela própria; a produzir sua redefinição e seu retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a sua repetição, mas também a provocar eventualmente seu apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação (Courtine et. al. Apud BRANDÃO, 2004, p.91).

Nesse fragmento, podemos constatar que um discurso nunca é autônomo, ele sempre evoca o Outro e ao remeter a outros discursos, os sentidos são formados a partir de trocas, por meio de elementos pré-construídos pertencentes a mesma rede semântica.

Daí decorre a confusão entre Interdiscurso e outra noção basilar da AD, a de Memória Discursiva. Vistas, muitas vezes, como sinônimas, não dizem respeito ao mesmo fato, porém, se constituem.

Segundo Courtine (1981, p.53), “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas, reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo, questões específicas serão observadas. Ao retomar um já-dito, o sentido será ressignificado, pois, como um fato inscrito historicamente, as condições de produção serão outras, o que permite a formulação de novos sentidos, ou seja, outro discurso.

Ampliando esta noção, Indursky (2003, p.8) diz

FD é regulada por uma memória discursiva que faz aí ressoar os ecos de uma memória coletiva, social. Por outro lado, nem tudo pode ser dito no interior de uma FD, de modo que a memória discursiva não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em



uma FD. Dessa forma, percebe-se que, assim como a FD é de natureza lacunar, a memória discursiva também o é.

Nessa perspectiva, em uma FD, é a memória discursiva que controla o que pode e o que não deve ser dito. Dessa forma a regulação vai ocorrer por meio da retomada de outros dizeres que se cruzam e do processo de antecipação, que faz o sujeito mensurar o efeito que o discurso causará no interlocutor, permitindo que seja ajustado para melhor resultado, visto que o discurso é constitutivo do lugar que o sujeito ocupa, mas, também, as posições em que um discurso é realizado, refletindo, assim, relações de forças. Logo, as retomadas, as repetições, as regularizações do discurso permitem que a memória discursiva seja construída.

Presente na constituição dos efeitos da memória discursiva tem à “sequência discursiva de referência (sequência discursiva tomando como ponto de referência a partir do qual o conjunto dos elementos do *corpus* receberá sua organização)” (BRANDÃO, 2004, p. 98), que vai apontar, durante a análise, se o efeito é de lembrança, de redefinição, de transformação, de esquecimento, de ruptura ou de negação do já-dito. Para ter alcance de tais efeitos é preciso lançar expediente da história e de práticas discursivas estabelecidas culturalmente e controlados pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que controlam e delimitam os discursos; fazendo, por meio da seleção de elementos, aparecer, rejeitar ou transformar enunciados; exercendo um caráter ambíguo, ao passo que retoma o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com as regulações que opera. Além de recorrer a história, é preciso tomá-las na atualidade da enunciação, pois o presente, por constituir uma outra condição de produção, fará a reformulação dos sentidos.

Desse modo, o Interdiscurso vai retomar todos os sentidos, produzidos por vozes já esquecidas, ao passo que a memória discursiva intervém no Interdiscurso, constituindo discursos outros, com sentidos regulados/autorizados pela posição ocupada pelo Sujeito. Desse modo, na memória discursiva não aparecerá todos os sentidos de uma formação discursiva, constituídos de várias vozes anônimas, mas figurará um sentido específico, constituído por um sujeito determinado ideologicamente. Portanto, toda formação discursiva só se constitui e se sustenta por meio de sua relação com o interdiscurso, utilizando-se da memória discursiva para prover outras significações.

### 1. 3 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A noção de Condição de produção, tomada por Pêcheux, é baseada no esquema “informacional” da comunicação, elaborado por Jakobson (1963), que constitui em evidenciar os protagonistas do discurso e o seu “referente” e permite a compreensão das condições de produção de um discurso.

Segundo Brandão (2004, p. 44)

a contribuição de Pêcheux está no fato de ver nos protagonistas do discurso não a presença física de “organismos humanos individuais”, mas a representação de “lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares cujo feixe de traços objetivos característicos pode ser descrito pela sociologia.

De acordo com a visão pecheutiana, cada Aparelho Ideológico é constituído por sujeitos em lugares marcados e ações específicas que os diferenciam. A visão da posição que ocupam ocorre por meio de “formações imaginárias”, que designam a imagem que os sujeitos fazem do lugar deles mesmos e dos outros. Essa formação de imagens permite que o emissor antecipe a visão que tem do receptor e elabore estratégias discursivas para atingir seus interesses.

Segundo Florêncio (2009), para entender as condições de produção é preciso “concebê-la em seu dois sentidos: amplo e estrito. O primeiro, expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica. O segundo, diz respeito às condições imediatas que engendram a sua formulação.”

O que se chama de condições imediatas diz respeito ao contexto, ou seja, ao lugar em que o discurso foi produzido, aos sujeitos que produziram, o momento e o motivo de ser produzido.

Segundo Orlandi (2005), as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos, a situação e a memória. Em sentido estrito, essas condições referem-se ao contexto imediato e, em sentido amplo, ao contexto sócio-histórico, ideológico.

#### 1.4 SILÊNCIO: CENSURA E RESISTÊNCIA

Ao falar de silêncio, logo vem à mente a ausência de som, a qualidade física. Puxando mais a memória, a palavra relembra, também, os tempos antigos quando, na Grécia, Pitágoras, para aceitação dos alunos, exigia que ficassem de dois a cinco anos em absoluto silêncio, aprendendo as disciplinas básicas, desenvolvendo a reflexão, a

memória, a disciplina e a retidão. Esse período servia para mostrar que o silêncio é necessário para a evolução intelectual e espiritual. Para ele o silêncio era fundamental. Aqui, o silêncio será tomado como o “princípio de toda significação”, o “lugar que permite à linguagem significar” (ORLANDI, 2007, p. 68).

Entendemos que o silêncio não está apenas entre as palavras, como constitutivo da língua, mas as atravessa, ele permite perceber que a linguagem não é completa, mas que a relação do sujeito com a linguagem vai estabelecer o grau de incompletude. De fato, ao produzir discursos, há uma relação necessária com o silêncio para que haja sentido. O silêncio vai possibilitar um leque de sentidos, e sem a sua compreensão as palavras que constituem uma língua teriam sempre um único sentido; independente da história e do sujeito.

Orlandi (2007), no livro “As formas do silêncio: no movimento dos sentidos”, aborda de modo aprofundado a noção de silêncio. Segundo ela, muitas são as formas de minimizar a significância do silêncio: seja por meio da elipse (ao nível da frase), das “figuras” (em retórica), ou por meio do implícito (teorias da argumentação) para tentar distinguir o dito do não dito. Logo, essas estratégias deformam a noção de implícito, colocando-o como segundo plano em relação à linguagem, quando na verdade a linguagem é uma categorização do silêncio, uma vez que tudo só significa por meio dele, e o implícito, tão usado para tentar explicar o que não está visível, latente na linguagem, já é um subproduto do trabalho do silêncio.

Para entender o caminho do silêncio, a autora propõe um olhar indireto, envolvendo métodos históricos e críticos; uma vez que sem atentar para a historicidade do texto, é impossível entender o silêncio. A compreensão do silêncio decorre da descentração da linguagem verbal, ou seja, esse tipo de linguagem não deve ser visto sob o “status” privilegiado de significação. Na verdade, a linguagem é uma das formas de representação do silêncio, logo os sentidos apresentam-se estabelecidos por meio das palavras.

Seguindo a lógica de representação da linguagem, o silêncio não pode ser representado. Logo surge o grande obstáculo ao analisá-lo: a possibilidade de estudar algo não representável e não associável aos métodos correntes.

Numa reflexão mais aprofundada, essas teorias se apresentam como a negação do silêncio. É preciso fazer uma ruptura das formas de análise já cristalizadas, uma vez que para estudar o silêncio é preciso analisá-lo indiretamente, por meio de pistas (conjecturas). Essas pistas se aproximam ao concatenar eclipse/incisa, ao analisar figuras e pelas paráfrases ocasionadas pela intertextualidade, (ORLANDI, 2007, p. 56-57). Todas essas pistas ressaltam a materialidade histórica.

Para maior aprofundamento, Orlandi divide o estudo do silêncio em: a) silêncio fundador e b) a política do silêncio. Entretanto a política do silêncio apresenta duas subdivisões: a) o silêncio constitutivo e b) o silêncio local. (ORLANDI, 2007, p. 24).

#### 1.4.1 Silêncio fundador

Conforme dito antes, o silêncio não está apenas entre as palavras, ele as atravessa. Isso permite entender que a linguagem não é completa em si, a relação do sujeito com ela é que vai estabelecer o seu grau de incompletude. Mas, de fato, ao produzir discursos, há uma relação necessária com o silêncio para que haja sentido. O silêncio vai possibilitar um leque de sentidos, o que não seria possível sem a sua presença.

Logo, o silêncio fundador é o que alicerça os processos de significação e garante o movimento de sentidos, é um “*continuum* significante”, já que as palavras adquirem vários sentidos a partir da relação entre língua e história. Reforçando o exposto, Carvalho (2012, p. 59) diz

Nesse sentido, ele é tomado, na linguagem, como sinal de incompletude, produzindo a impossibilidade de múltiplos efeitos de sentidos. Por nem sempre ser observável, sua análise é um tanto complexa, pois não há marcas formais que o assinalem, apenas pistas, traços, que nem sempre são perceptíveis a olhares de pesquisadores incipientes.

Essa incompletude ocorre porque, ao manifestar-se por meio da linguagem, o silêncio passa a representar simbolicamente, logo refletindo a constituição contraditória e incessante do sujeito, ocasionado pela sua inserção na história e na ideologia.

Visto o exposto, apesar da relação com a linguagem, o silêncio aparece como absoluta fonte de sentido, que independente do tempo gerará ilimitados sentidos.

#### 1.4.2 A política do silêncio (silenciamento)

Os discursos organizados nas relações sócio-históricas são medidos pelo que pode e não pode ser dito. O entendimento da política do silêncio é o de que, ao falarmos algo, apagamos outros sentidos possíveis. De modo geral, na política do silêncio, é feito um recorte do que se pode e não se pode dizer, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão.

Um conceito fundamental para entender como as diferentes formas de silêncio atuam nos processos de produção do sentido e, conseqüentemente, na relação censura/resistência, é o de paráfrase e polissemia.

A esse respeito, Orlandi (2007, p. 20) diz que “o processo parafrástico é o que permite a produção do mesmo sentido sob várias de suas formas/matriz da linguagem”. E, por sua vez, “o processo polissêmico é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes, múltiplos (fonte da linguagem)” (ORLANDI, 2007, p. 20).

Ao produzir discursos, o sujeito assim o faz, a partir de uma memória de ditos proferidos em outras circunstâncias sócio-históricas, que são retomados enquanto “repetição”, mas apresentando pontos de deriva, espaços, vazios, uma vez que as condições de produção não são mais as mesmas. Mas, ao retornar os dizeres, outras palavras são usadas promovendo o processo polissêmico. Daí observa-se que a paráfrase e a polissemia estão interligadas, e os espaços que ficam no processo parafrástico são decorrentes do deslocamento de sentidos, próprio do processo polissêmico. Essa incompletude permite que o discurso esteja em permanente processo de reformulação, articulado às práticas históricas.

Desse modo, o silenciamento, segundo Orlandi (2007, p. 24) se apresenta de duas formas: 1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras palavras”); e 2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura).

##### a) Silêncio constitutivo

O silêncio constitutivo está atrelado ao fundador e representa a política do silêncio, ao passo que o que é dito ocorre com o objetivo de apagar, de não suscitar o não dito, ou seja, “se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’ (ORLANDI, 2007, p. 73). A exemplo de como ocorre, Orlandi (2007, p.75) apresenta a nomenclatura “nova república” instituída no Brasil logo após a ditadura militar, com o objetivo de apagar o fato de que, no período anterior, o país havia passado por uma ditadura. Isso mostra que ao atribuir uma denominação, outras são apagadas, silenciadas.

#### b) Silêncio local

A outra representação da política do silêncio e a mais visível é o silêncio local. Uma de suas formas de manifestação é a censura, definida como:

[...] a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo [...] o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos (ORLANDI, 2007, p. 79).

Neste sentido, a censura é uma estratégia política de manifestações do sentido, na qual se interdita os sujeitos de inscrever em determinadas formações discursivas, afetando a sua identidade enquanto sujeito do discurso. Em dada conjuntura, as formações discursivas estabelecem o que pode e deve ser dito. Logo, se o sujeito não se inscreve, mas é inscrito, suas palavras assumem sentidos outros. Em vista disso, é observável uma hierarquia, ou seja, uma relação de poder; o dizível sócio historicamente é interdito, não pode ser dito.

Para entender melhor essa estratégia, é preciso recuperar a noção de textualidade, que decorre da relação dos interlocutores e da sua ligação com as condições de produção. A comunicação dos interlocutores fora do texto é impossível, além disso, se há uma dependência das condições de produção ou contexto sócio-histórico dado, os sentidos não são fechados, únicos, mas incompletos apresentando-se de acordo com o contexto dado. Assim, o sujeito e o sentido também são caracterizados pela incompletude.

O sujeito assume um papel importante, pois os processos discursivos ocorrem por meio dele, apesar de nenhum originar seus discursos, mas resgatá-los da memória coletiva o que outros já disseram. Dessa dualidade, resulta a relação entre identidade e alteridade. No entanto esse apagamento que faz o sujeito assumir várias vozes como se fosse única, a sua, é necessário à constituição do sujeito e vai constituir sua

incompletude, ao passo que ao assumir o discurso como seu, externa o desejo de ser completo. Dessa relação, vai surgir o sentimento de identidade. O uno permite ao sujeito se “encontrar”, mas sem a alteridade e a incompletude que surge, o sujeito e o sentido seriam estanques, asfixiados, uma vez que não haveria o deslocamento pelas diferentes formações discursivas. Essa privação de sentido pode ser traduzida pela censura. Nesse caso, o sujeito é proibido de circular pelas diversas esferas de produção de sentido e é colocado a assumir uma “posição” e produzir sentidos restritos, apenas os permitidos, afetando imediatamente a sua identidade. “Com a censura há negação da alteridade, mas também a identidade é aniquilada” (ORLANDI, 2007, p. 80).

Além disso, o sujeito possui uma identidade social, que vai caracterizá-lo como cidadão de um espaço e como cidadão vai ser regido por leis. Em decorrência disso, ao dizer “x” ou dizer “y” ele estará agindo politicamente, vezes, porém, aquém da sua vontade, afetando a circulação e a elaboração histórica dos sentidos.

Arelada a mesma região de sentido da censura, está à resistência, que consiste numa ruptura da ideologia devido as suas falhas, possibilitando ao sujeito o surgimento de outros sentidos e por isso outros sujeitos.

Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar (ORLANDI, 2012, p. 231).

Diante do apresentado, o sujeito procura formas de sair do silenciamento e agir sobre o real, mesmo inconscientemente, visto que toda identidade encontra suas formas de manifestar-se independentemente das formas de opressão; manifestando-se, então, por meio de palavras, imagens, gestos ou outras formas de interpretação.

A censura e a resistência estiveram bem presentes nos anos do regime militar brasileiro, principalmente com o decreto do Ato Institucional Nº 5, de 1968, e com a Lei de Segurança Nacional, de 1969. Com essas medidas, todo cidadão com ideias politicamente contrárias as regras estabelecidas pelo Estado era considerado “inimigo interno”, levando a violação dos direitos humanos promovida pelos militares durante a trajetória da ditadura militar no Brasil. Durante esse período de interdição de direitos, surgiram também ações que divergiram do imposto, como movimentos de contestação que contaram com o apoio de amplos setores organizados, como o operariado, os

trabalhadores rurais, o movimento estudantil, movimentos comunitários, que se levantaram contra a inflação, o arrocho salarial e a alta no preço dos alimentos que penalizava as famílias dos trabalhadores, além da atuação das mulheres, não apenas na luta armada, mas também denunciando os atos de tortura e violência do Estado, responsável por diversas mortes e desaparecimentos, encabeçando os primeiros movimentos pela anistia.

Neste trabalho, serão, pois analisados os discursos que representam estas ações. Assim, ao estabelecer tal material como *corpus*, foi assumida uma visão de língua indissociável do sujeito, da história e da ideologia. Por vez, o sujeito imerso em uma ideologia, constrói, sem auxílio, saberes em andamento. Ser sujeito para Pêcheux (2009) é ocupar um lugar no mundo e essas posições vão sendo trocadas e/ou somadas ao longo do ciclo vital. Dessa forma, à medida que os sujeitos se constituem, constituem também o sentido. Logo, desse percurso histórico por que passa o sujeito, nasce o conceito de Condições de Produção (CP) na Análise do Discurso.

Para a AD a História não é mera exterioridade, mas envolve o discurso e se manifesta no texto, impondo-se, desse modo, a compreensão das condições de produção do discurso – quem e como o produziu, de que lugar e para quem o produziu (CESÁRIO; ALMEIDA, 2010, p.5)

A reflexão sobre texto, instância onde o discurso se realiza, e as condições de produção frente a uma sociedade silenciada produzem efeitos sobre as relações do sujeito com a língua. Desse modo, as condições tocam:

o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto de discurso, de tal forma que se diz aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz em relação aos outros discursos (ORLANDI, 2001, p.85).

Estas condições podem ter sentido imediato ou amplo, sendo que o sentido imediato é o local onde é produzido o discurso, já o sentido amplo vai além, considerando os efeitos de sentidos que são produzidos num determinado lugar.

No contexto amplo estão os aparelhos ideológicos, organizando e significando os sujeitos hierarquicamente na sociedade. Entra também a história e os sentidos estabelecidos por ela, ressignificando e historicizando. Dessa forma, a memória é acionada retomando discursos proferidos em outros momentos. Seguindo essa linha, a memória é vista como interdiscurso.



No contexto estrito, observam-se os sujeitos envolvidos, o momento que envolve o acontecimento e o fato que leva uma escolha e não outra. Para observar tais nuances, será traçado um percurso histórico até o período em análise.

O capítulo a seguir é importante na constituição das condições de produção dos discursos aqui trabalhados, uma vez que o entrelaçamento entre linguagem e história é essencial para o entendimento da opacidade e sutilezas dos discursos.

## CAPÍTULO 2 - DELINEANDO OS FATOS

Como já visto, o discurso é o meio pelo qual compreendemos as relações sociais. Dessa forma, as construções discursivas, organizadas pela intersecção entre linguagem-ideologia-história servirão de base para a compreensão das relações de poder no interior da sociedade brasileira; visto que o objetivo deste trabalho é identificar e analisar, através dos discursos dos presos políticos ressignificações do ocorrido durante o regime militar. Essa investigação ocorrerá por meio de relatos dos presos políticos da época do regime militar, a luz da Análise de Discurso de linha francesa, pois entende que os sujeitos são afetados pela linguagem dentro dos processos sociais. Por isso, para entender as condições de produção do *corpus*, faz-se necessário o percurso histórico. Segundo Orlandi (2007, p. 30-31)

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. [...] A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso.

Logo, ao recorrer à história para entender os sentidos produzidos pelos sujeitos, vamos nos deparar com a memória, que depende do nível de intensidade de um acontecimento, não apenas individual, mas também coletivo; podendo ser esquecido ou valorizado de acordo com os acontecimentos sociais. Segundo Carvalho (2012, p. 38), “é a vida em coletividade que permite aos indivíduos horizontes comuns, o que permite falar em memória comum a vários indivíduos”.

A noção de história para Halbwachs (1990, p. 80-81) tem uma conotação negativa, uma vez que “a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” é feita a partir do abandono da tradição, do esquecimento da memória social; por isso a necessidade de materializar, por meio da escrita, a história de um período, como forma de possibilitar um retorno ao passado e ativação dos acontecimentos. Para o autor, memória coletiva e história são coisas distintas.

Em realidade, no desenvolvimento contínuo da memória coletiva, não há linhas de separação nítidas traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente (entendido como estendendo-se por uma certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos históricos vizinhos. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade, tanto um quanto o outro. A memória de uma sociedade estende-se

até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta (HALBWACHS, 1990, p. 84).

Para ele a memória coletiva é a representação natural do que aconteceu no seio de uma sociedade, mostrando a real interação de seres que mantém relações. Enquanto a história tem um caráter artificial, pois delimita os acontecimentos em períodos e organiza o sujeito em grupos sociais que parecem não apresentar relações, somente ao passar de uma época para outra. Além disso, a memória coletiva permite várias lembranças, de acordo com a intensidade do fato vivido por cada indivíduo em relação com o seu grupo; diferente da história que apresenta uma versão única, objetiva e imparcial.

De acordo com a Análise de Discurso, a memória “é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. Ela se constitui pelo já dito que possibilita todo dizer” (ORLANDI, 1999, p. 64). Isso quer dizer que ao falarmos vários saberes são evocados de modo a formar uma teia de sentido. Essas várias memórias emanam com intensidade na tradição oral, revelando a consciência coletiva, de modo a retomar, acrescentar, silenciar a lembrança. Logo, para melhor compreensão deste trabalho, faz-se necessário lançar mão não apenas da história e da memória sergipana, mas de toda conjuntura brasileira.

## 2.1 PANORAMA BRASILEIRO E SERGIPANO

O século XX significou, para o Brasil, um período ambíguo, no qual houve o “milagre econômico”, ocasionado pelo grande e rápido avanço econômico e uma elevada dívida externa, gerada por grandes empréstimos no exterior. Estimulou a indústria cultural brasileira, mas censurou, prendeu, torturou, exilou e até matou artistas e intelectuais que se insurgiram contra o regime militar.

Em Sergipe, no início de 1964, os acontecimentos nacionais tiveram maior acompanhamento. Nesse período, Sergipe constituiu seu Conselho Diretor Estadual, que atuava em movimentos grevistas que ocorriam no Estado. A questão explosiva estava na luta pela terra e o governador Seixas Dórea era tolerante ao movimento popular de reforma Agrária. A questão fazia parte dos discursos parlamentares:

Falando na Assembleia Legislativa, o deputado Viana de Assis, abordou aspectos do problema social em nosso Estado, referindo-se inclusive à reunião dos proprietários efetuada no último domingo, dia 15, na cidade de Lagarto. Em sua fala o referido parlamentar afirmou que enquanto os

proprietários rurais acusam os trabalhadores e camponeses de se engajarem num movimento subversivo, eles, os fazendeiros, é que se reúnem sob a égide da subversão, defendendo a necessidade de se armarem e reagirem à bala contra a aplicação da lei das reformas. Denunciou ainda os proprietários rurais de, a pretexto de combaterem o Decreto da SUPRA, estarem promovendo campanha contra a organização dos camponeses e dos sindicatos para evitar o cumprimento das leis sociais no campo (WYNNE, 1973, p. 276).

Desde março de 1963, as ações políticas do presidente Goulart vinham desagradando os interesses dos grandes proprietários, do grande empresariado e as classes médias. Suas ações se tornaram pretextos para as forças de direita arquitetarem um golpe contra ele. No dia 4 de abril de 1964, o Senado Federal anunciou a vacância do posto presidencial e a posse provisória de Raniéri Mazzilli como presidente da República.

Seixas Dórea, por ser aliado do presidente João Goulart e defender as chamadas "reformas de base", leu mensagem via rádio, opondo-se ao Golpe Militar, sendo preso e levado ao quartel da 6ª Região Militar em Salvador; dias depois foi cassado e transferido para a Ilha de Fernando de Noronha. O seu vice, Sebastião Celso de Carvalho (PSD), tomou posse imediatamente.

No dia 1º de abril, Seixas Dórea retornou a Sergipe. À noite, leu mensagem em Rádio a favor da legalidade e, na madrugada seguinte, foi preso e levado a Salvador. Um jornal local publicava em manchete: "IV Exército controla o Nordeste". Não era somente o Nordeste: as forças Armadas controlavam a sociedade política do Brasil (DANTAS, 2004, p. 147).

Com a deposição do presidente João Goulart, o país passou a ser governado pelas forças armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Com esse acontecimento inicia-se o período da tutela militar, que objetivava combater a subversão e reorientar a política nacional.

Este triunvirato formou o 'Comando Supremo da Revolução' que lançou um Ato Inconstitucional apresentando as primeiras diretrizes da nova ordem. Por esse tempo, foi escolhido o novo chefe do Executivo, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que tomou posse no dia 15.04. 1964 (DANTAS, 2004, p. 173).

Com a tomada militar em 1964, toda manifestação popular e artística passou a ser controlada pelo Estado. Com o discurso de que reorganizaria a política e a economia, os militares impuseram novos padrões e um clima de constante tensão na sociedade; insatisfeitos, grupos de esquerda passaram a reagir. Em Sergipe o

movimento era bastante ativo e reprimiu toda forma de insubordinação e, sem mandato judicial, levou preso os revoltosos para o quartel do 28º BC. Pelo fato de a corporação militar em Sergipe estar subordinada a 6ª Região Militar, em Salvador, muitas vezes não se sabia quem autorizava a prisão. Essa fase, caracterizada por um Estado Autoritário, estava dividida por duas alas do Exército: os “sorbonistas”, que controlavam o Executivo Federal e os “duros”, vinculados ao Ministério da Guerra.

Segundo Napolitano (2014, p. 128), “o regime militar montou uma grande máquina repressiva que recaiu sobre a sociedade, baseada em um tripé: vigilância – censura – repressão”. No final da década de 60, este tripé recebeu um reforço, tornando-se ainda mais repressivo e eficaz, isso se deu por meio de legislações como a Lei de Segurança Nacional, as leis de censura, os Atos Institucionais e Complementares, e a própria Constituição de 1967.

Inspirados pelos franceses e seus conceitos de guerra interna ou revolucionária, no qual todos os recursos (militares, políticos e de informação) convergiam para a captura de um inimigo oculto dentro da sociedade, o “subversivo”, o regime militar via todos os cidadãos como suspeitos, até que provas mostrassem o contrário e realizavam diversas ações repressivas através das agências operativas.

Ancorados na Lei nº 20.493, de 1946, que regulamentava a censura de diversões públicas, o regime militar ampliou a censura sancionando a Lei nº 5.526, de 1968 e o Decreto nº 1.077, de 1970. Apesar das leis que traçavam o espaço da censura, essa prática tinha ação arbitrária, desigual conforme área de atuação. Desse modo, a censura limitou a criação artística e a circulação de opinião e de informações de interesse geral.

A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, reforçou a vigilância, que tinha como função central “produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais ou ilegais, evitando surpresas para o governo” (NAPOLITANO, 2014, p. 131). Os agentes e informantes destinados a esta função vigiavam funcionários públicos civis, movimentações das lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas, depois passavam as informações para analistas, que analisavam conforme grau de idoneidade e por fim passavam aos chefes, com indicação de verificação ou repressão (NAPOLITANO, 2014, p. 132).

Até o final da década de 60, as polícias estaduais, os DOPs, eram as responsáveis pelas operações policiais de repressão política; mas, com a maior atuação da guerrilha, foi criado o DOI-Codi (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), em 1970, passando a repressão ao controle direto de cada Exército ou região militar. “Os DOI eram destacamentos de combate, captura e interrogatório militar” e os Codi “visavam articular todos os quadros e agências encarregadas da repressão em uma determinada área” (NAPOLITANO, 2014, p. 134 e 135).

A repressão é “entendida como um conjunto de operações de combate direto às ações civis e armadas da oposição ao regime” (NAPOLITANO, 2014, p. 132). A forma mais comum era a repressão à base da tortura, que por sua vez ultrapassava todos limites, ferindo o princípio jurídico e até militar. Para entender a tortura é preciso observá-la como um sistema organizado e amparado no aparelho civil e militar do Estado. Logo, quando essa ação ocorre para atender os interesses do sistema o praticante não é visto como um torturador, mas como um funcionário padrão.

“Obviamente, a tortura nunca foi assumida pelo alto escalão militar que comandava o regime como uma política de Estado” (NAPOLITANO, 2014, p. 137).

“Se, num primeiro momento, o regime fazia prisioneiros entre aqueles envolvidos na luta armada ou forjava incidentes e fugas para justificar as mortes sob tortura, a partir de 1971, incrementou-se outra solução: o desaparecimento. Para o sistema repressivo, essa solução tinha a vantagem de desobrigar o governo e as autoridades como um todo de qualquer informação oficial sobre o militante desaparecido. Oficialmente, nem preso nem morto. Logo, o sistema repressivo, parte estrutural do regime, elaborou uma sofisticada técnica de desaparecimento, cujo primeiro momento era o desaparecimento físico do corpo, seja por incineração, esquartejamento, sepultamento como anônimo ou com nomes trocados. Mas, para além desta atrocidade, organizava-se um aparato de contrainformação para despistar familiares, alimentando-os com pistas falsas e fazendo-os perder-se nos labirintos burocráticos do sistema” (NAPOLITANO, 2014, p. 135).

Em Sergipe, foram presos professores, deputados, vereadores, professores e alunos. Em Sergipe, mesmo em meio à repressão pesada, o PCB continuava com grande força. Em 1970, lançou a candidatura do estudante de Direito, Jonas Amaral, com a vitória, em 1972, apoio dois candidatos, Jackson Barreto e Jonas Amaral, desta vez para a Câmara de Aracaju, ambos saíram vitoriosos, o que demonstrou que mesmo em meio

a todas as ações de combate a grupos de esquerda, o Partidão continuava influente; fato que promoveu a intensificação das perseguições.

Ainda com toda a censura e repressão gerada pelo Estado, as manifestações culturais foram férteis. No campo da educação, o movimento estudantil foi bastante representativo e para coibir sua atuação, o MEC implantou normas para cessar as atividades promovidas pelos estudantes. Em meio a esse embate, germinava a discussão sobre a implantação da Universidade Federal de Sergipe e qual modelo devia seguir; grupos de direita defendiam o MEC, contrário estava o de esquerda. Em 28.02.1967, a UFS foi criada, seguindo a orientação oficial. A instalação ocorreu em 15.05.1968, nesse dia, mais uma vez, a representação estudantil foi censurada. Em 1981, sua instalação passou para São Cristóvão, aumentando a capacidade de alunos. Os professores começaram a fazer reciclagem, novos cursos foram criados e seus alunos que se formavam começavam a sair do Estado em busca de mestrado e doutorado.

Em 1981 a Universidade Federal transferiu-se para seu *campus* amplo e moderno. As matrículas em cursos superiores que eram de 336 (1962) vinte anos depois a maior parte delas estava na UFS que inscrevia 5.035 alunos (1982). De 1967 a 1982 a referida instituição graduou 5.860 estudantes de diversos cursos (DANTAS, 2004, p. 212).

Nesse período, também foi criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), com o objetivo de desenvolver a cultura nacional. Em Sergipe, o Conselho Estadual de Cultura, criado em 1970, começou a pensar em projetos que valorizassem o patrimônio histórico e as criações artísticas. Entretanto, o desenvolvimento cultura do interior estava se esvaindo, passando a ser na capital o foco, apesar de, em 1971, a cidade de Laranjeiras receber o título de cidade Monumento, com isso despertando a restauração dos monumentos e, conseqüentemente, o turismo da cidade.

E 1972 surgiram a Faculdade Pio X e as Faculdades Integradas Tiradentes. Escolas do ensino médio foram construídas e o MOBREAL foi implantado.

Todo esse desenvolvimento serviu de fachada para a sociedade legitimar e fortalecer o poder do Estado e, conseqüentemente, a propagação da ideologia dominante, enquanto os grupos de esquerda eram reprimidos e perdiam espaço. Essa divisão era visível até na Igreja, o arcebispo D. José Távora era voltado para trabalhos sociais, enquanto o bispo auxiliar de Aracaju, D. Luciano Cabral Duarte, estava integrado ao meio do governo federal.

Nessa época a música popular começou a prosperar, as emissoras de televisão patrocinavam festivais, tornando-se uma luta eficiente contra o regime autoritário. Em 1969, em Sergipe, ocorreu o I Festival da Canção no Colégio Atheneu, abrindo a porta para outros colégios, tanto público quanto particular. Na década de 70, surgiram os Festivais de Arte de São Cristóvão, grupos teatrais, a exemplo do Imbuça, Mamulengo do Cheirosos e Mambembe. Na área cinematográfica, foi promovido o Festival Nacional de Cinema Amador em Sergipe.

### 2.1.1 “Choram Marias e Claricesno solo do Brasil” - A Operação Cajueiro

Mesmo com a intensificação das ações repressivas em 1968, com o AI-5, em 1976, o governo demonstrava uma trégua lenta e gradual. Em Sergipe, mesmo em meio à repressão pesada, o PCB continuava com grande força. Conforme já dito, em 1970, o estudante de Direito, Jonas Amaral, obteve vitória, em 1972, apoiou dois candidatos, Jackson Barreto e Jonas Amaral, desta vez para a Câmara de Aracaju, ambos saíram vitoriosos, o que demonstrou que mesmo em meio a todas as ações de combate a grupos de esquerda, o Partidão continuava influente; fato que promoveu a intensificação das perseguições.

O enalço aos membros do partido se energizou quando, em janeiro de 1975, foi descoberta uma gráfica clandestina no Rio de Janeiro. A esse respeito, Dantas (2004, p. 182) diz:

Quando em janeiro de 1975 foi descoberta uma gráfica clandestina do PCB no Rio de Janeiro, o Ministro da Justiça Armando Falcão, deu tanta importância ao fato que ocupou cadeia nacional de rádio e TV para anunciar o ocorrido, revelando que “foi identificada a participação dos comunistas nas últimas eleições”, ao tempo em que prometia vigilância do governo. Esse fato foi o estopim e a ordem era acabar com o *Partidão* a exemplo das demais siglas clandestinas.

Os comitês espalhados pelo país foram destruídos um a um, levando às mortes do professor e jornalista Wladimir Herzog (10/75) e do operário Fiel Filho (01/76) nas celas do DOI-CODI em São Paulo e anunciadas como suicídio; a sociedade incrédula diante da justificativa reagiu com vigor. Com o intuito de evitar mais mortes e, conseqüentemente, revoltas populares, o general Geisel substituiu o comandante do II Exército.



Em Aracaju, o Partidão continuava se reunindo, em novembro de 1973 e março de 1975, os principais membros do PCB se encontraram, uma vez na Coroa do Meio, em casa do major Teles de Menezes e outra na Atalaia Nova. Toda a ação vigiada, “a travessia do grupo para essa praia foi até fotografada pelos investigadores que vinham seguindo o agente do partido” (DANTAS, 2004, p. 183).

Logo depois da destruição do comitê do partido na Bahia, o próximo foi o de Sergipe. Em fevereiro de 1976, o general Fiúza de Castro, comandante da 6.º Região Militar, enviou da Bahia para Sergipe um grupo especial de Segurança, sob a chefia do tenente coronel Oscar Silva, para realizar a operação Cajueiro, conforme foi denominada a ação em Aracaju, dentro da linguagem cifrada do Exército. Deu-se início ao período negro da história Sergipana.

Em meio a essa ação, alguns militares se opuseram ao que estava sendo praticado. Ao lembrar do regime militar no Brasil, é comum pensar que todos os militares compactuaram com a ação, mas houve um grupo distinto que lutou pelo direito à soberania nacional e aos direitos humanos. Esses militares formaram a “resistência dos quartéis”, sofrendo por isso, perseguições, punições e torturas; segundo dados do portal Memórias da ditadura, criado pelo Instituto Vladimir Herzog, foram cerca de 7,5 mil membros das Forças Armadas e bombeiros. Em Sergipe, o comandante do 28º BC, o coronel Osman de Melo e Silva, assim como os demais oficiais que não concordavam com certos procedimentos, foram substituídos por profissionais de confiança do general Fiúza, defensor declarado da tortura.

A operação deflagrada no dia 21 de fevereiro de 1976 iniciou com a prisão de cidadãos sem o cumprimento das formalidades legais, a ação tinha como objetivo acabar com o Partidão prendendo os seus membros. Ao tomar conhecimento, o MDB divulga nota oficial, publicada no jornal Gazeta de Sergipe, no dia 25.02.1976, na qual deixa clara a ausência de informações a respeito do fato:

O Diretório Regional do MDB, tomando conhecimento das inúmeras prisões, que estão a ocorrer desde a última sexta-feira, de cidadãos aqui residentes, inclusive vários deles ao Partido, procurou, pela sua comissão Executiva as autoridades ligadas ao Setor de Segurança e nenhuma delas informou o paradeiro dos detidos (GAZETA DE SERGIPE).

Mas a muitos presos não cabia essa filiação; como em declaração feita pelo chefe do Serviço de Relação Públicas da 6ª Região militar, Major Airton Gomes

Alcântara, ao jornal Gazeta de Sergipe, do dia 28.02.1976 - “Não vejo por que se relacionarem com o MDB as prisões feitas em Sergipe, pois das 23 pessoas presas apenas quatro são membros do Partido e assim mesmo não exercem qualquer função especial”.

Dentro do quartel o que ocorria era aterrorizante. A respeito do que acontecia dentro do quartel, Dantas (2004, p. 184), descreve a ação realizada contra os “subversivos”:

No Quartel, segundo depoimento de alguns deles, colocavam um capuz que pressionava fortemente os olhos com borracha, despiam-no e, algum tempo depois, vestiam um macacão. Submetiam a exame médico, trancavam numa cela incomunicável, e realizavam os interrogatórios entre meados de torturas, cujo nível dependia do estado de saúde e da capacidade de resistência do indivíduo. Alguns que reagiam a prisão já foram recebidos debaixo de tapa. Quase todos teriam sofrido, pancadas na cabeça, “telefones”, choques nas partes mais sensíveis do corpo, da língua aos testículos, bem como tentativas de afogamento, golpes na altura dos rins de ambos os lados do corpo, entre outras sevícias. Decorridos cerca de cinco a sete dias de padecimento, os prisioneiros puderam comunicar-se com os colegas. Um deles, Milton Coelho de Carvalho, quem mais resistiu às torturas, quando lhe foi retirado o capuz além das marcas de ferimento no rosto, comum a quase todos, estava com deslocamento incurável de retina. As três cirurgias posteriores a que foi submetido e os tratamentos demorados jamais lhe restituíram a visão.

Os depoimentos do que acontecia dentro do 28° BC eram aterrorizantes, entre os casos está o de Milton Coelho, que perdeu irreversivelmente a visão. A realidade era bem diferente do que os militares passavam para a sociedade, em nota ao jornal Gazeta, o chefe do Serviço de Relações Públicas, Major Alcântara reafirmou “todos os 11 presos passam bem. Estão, inclusive, sendo assistidos por um médico. Um deles, Pedro Hilário, que quando foi preso estava com a pressão bastante alta, melhorou de saúde”, além disso a incomunicabilidade dos presos só foi quebrada no décimo dia de prisão. Foi feita menção apenas a 11 presos porque outros 12 já tinham sido soltos. Os que continuaram detidos, depois do carnaval foram transferidos para Salvador, onde ocorreu o processo, por ocasião a militância ao extinto Partido Comunista Brasileiro. A seguir, citamos nome e profissão dos presos na Operação Cajueiro.

<b>Quadro 01 – RELAÇÃO DE PRESOS DURANTE A OPERAÇÃO CAJUEIRO</b>	
<b>NOME</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Antônio Bitencourt	Ferrovário
Antônio José de Góis	Estudante e bancário

Asclepiades José dos Santos	Vendedor ambulante
Carivaldo Lima Santos	Ferroviário
Carlos Alberto Menezes*	Advogado
Delmo Naziazeno	Agrônomo
Durval José de Santana*	Pedreiro aposentado
Edgar Odilon Francisco dos Santos	Serventuário
Edson Sales	Pedreiro
Elias Pinho de Oliveira*	Advogado
Faustino Alves de Menezes	Pequeno comerciante
Francisco Gomes Filho (enviado PCB)	Pedreiro
Gervásio Santos*	Jornaleiro
Jackson de Sá Figueiredo	Advogado
João Francisco Oséa	Pequeno comerciante
João Santana Sobrinho*	Advogado
José Soares dos Santos	Agricultor
Luiz Mário Santos Silva	Agrônomo
Marcélio Bonfim	Funcionário Público
Milton Coelho de Carvalho	Funcionário da Petrobrás
Pedro Hilário dos Santos	Ferroviário
Rosalvo Alexandre Lima Filho	Agrônomo e funcionário public
Virgílio de Oliveira (Juca)	Ferroviário
Walter Santos*	Professor e funcionário public
Wellington Dantas Mangueira Marques*	Advogado
*Não processados – Fonte: Ibarê Dantas, <i>A Tutela Militar em Sergipe – 1964/1984</i>	

Por todo o Brasil essa prática foi adotada, fazendo até vítimas fatais. Além de Milton Coelho, outros nomes figuram entre os que fortemente lutaram, entre eles: Antônio Góis, Marcélio Bonfim e Rosalvo Alexandre, Wellington Mangueira. Este foi um dos primeiros a serem soltos, supostamente após assinar uma “carta-conselho” renegando a doutrina do comunismo, coisa que ele garante jamais ter feito. Eis alguns trechos da carta, publicada no jornal Gazeta de Sergipe, do dia 29.02.1976:

[...] preso, às vésperas do carnaval, apesar de já não mais professar a ideologia marxista, senti ânsia de dizer a esta juventude, não porque estivesse

preso – mas, porque amo – que não se deixe seduzir pela fraseologia engendradora ou pela fraseologia enganadora das palavras. [...] A rebeldia, a insatisfação, comum à nossa idade, devemos conduzi-los para a construção do nosso país, seguindo a experiência dos mais velhos, com base na religião cristã, repudiando o comunismo e nos impondo como nação “gigante pela própria natureza”. [...] uns fumam maconha, outros preferem ler Marx. E entre a maconha o marxismo a juventude começa a se descaracterizar [...] Agora, veja você amigo, você mesmo jovem já tem discernimento: não é melhor cumprir as leis, amor, como todo jovem e viver orgulhoso de ter este vasto país como berço? Abominar o comunismo, renegar as filosofias exóticas é um dever da juventude. E, a partir daí, que nosso sonho seja a grandeza do Brasil. Seja a robustez de nossa juventude e não o ideal vazio do comunismo, esdrúxulo e inconseqüente [...].

Nessa carta dirigida diretamente aos jovens, além de supostamente renunciar seu envolvimento com o Partidão, ele desaconselha qualquer ligação com o partido comunista e diz ser um dever abominar qualquer filosofia exótica, pois são tão agressivas quanto às drogas, descaracterizando os jovens.

Infelizmente, tais acontecimentos que delinearam a história brasileira levaram inúmeras “Marias e Clarices” chorarem pela ausência do pai, filho, marido, ente querido que sumiu ou morreu vítima das atrocidades cometidas durante o regime político ou mesmo sofreram na própria pele, como ocorreu com Laura Manguiera, presa e tortura e Ana Maria Côrtes, que foram presas e sofreram torturas físicas e psicológicas e Zelita Rodrigues, também presas durante o período da ditadura militar.

### CAPÍTULO 3 - A INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA E A ANÁLISE DE DISCURSO

Para adentrar no âmbito das análises dos discursos dos presos políticos, esta pesquisa está circunscrita à Análise de Discurso de linha francesa, pois considera a relação entre os sujeitos, a língua e a história. Assim, observemos estas cinco características e a relação com as etapas propostas pela Análise de Discurso.

Ao tratar das questões referentes à análise, Orlandi (2009, p. 26) mostra que a AD tem como objetivo “[...] fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido”. Logo, será a partir de uma análise enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, que os sentidos serão produzidos.

Anteriormente, foi apresentado o dispositivo teórico, sua compreensão será aplicada às análises, uma vez que ao analista compete o movimento de ir e vir entre teoria, dispositivo analítico e objeto; estes possuem um vínculo, embora engendrem momentos diferentes do fazer investigativo. Para Orlandi (2009, p. 27), essa relação se dá a partir da seguinte perspectiva:

Embora o dispositivo teórico encampe o dispositivo analítico, o inclua, quando nos referimos ao dispositivo analítico, estamos pensando no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista em uma análise específica. Daí dizermos que o dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos, não. O que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise.

Em suas palavras, ela evidencia que vários saberes, já postos e que caracterizam a AD, são aplicados durante o trabalho analítico, mas vai ser o ponto de vista do analista e as condições de produção que vão criar a própria análise. Além da mobilização destes dispositivos, outra coisa a ser feita é o estabelecimento da natureza do *corpus* e a elaboração de uma pergunta, ela vai nortear todo o trabalho, pois constitui a própria análise, que é, como observado por Orlandi:

[...] um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para

“reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação (2009, p. 64).

Ao formular a pergunta, a teoria precisa aparecer em todos os momentos, intermediando a relação do analista com o objeto. Ciente destas ações, o analista, para conseguir passar do texto ao discurso, deve observar três etapas: i) passagem da superfície linguística para o objeto discursivo; ii) passagem do objeto discursivo para o processo discursivo; iii) compreensão dos processos discursivos (ORLANDI, 2009, p. 72).

Na primeira etapa, o analista, diante do *corpus* a ser analisado, vai fazer o processo de dessuperficialização, que é quanto o objeto ainda bruto, passa da superfície linguística para objeto discursivo, através de um olhar aguçado do analista, que deve ser capaz de enxergar além do dito, além do que está posto. Desfeita a ilusão de transparência, o objeto vai passar da condição de texto para objeto discursivo, ou seja, o texto vai ser observado a partir da sua relação com outros discursos. Na segunda etapa, o discurso passa a ser visto dentro de um quadro simbólico, no qual os sentidos se constituem a partir de um tripé, língua – ideologia – história, que definirá a constituição dos sentidos. O analista deve continuar atento ao não dito do texto, tentando identificá-lo por meio das pistas fornecidas pelo processo parafrástico, que por sua vez deixa transparecer filiações ideológicas, e, em seguida, deve inseri-lo em uma Formação Discursiva (FD). No terceiro momento, os processos discursivos responsáveis pela produção de sentido vão se constituir; os sentidos gerados pelas posições ideológicas vão ser evidenciados, cabendo ao analista retornar ao dispositivo teórico, sempre que necessário. Desse modo, dois processos devem fazer-se presentes: o da descrição e o da interpretação.

Descrição e interpretação devem ser vistas em conjunto, pelo “[...] ir e vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise” (ORLANDI, 2009, p.61), mas não devem confundir-se, para não tornar o objeto discursivo subjetivo. A descrição não deve ser apenas técnica, mas o analista deve descrever os sentidos dados pelo sujeito produtor do material em análise, atentando-se para a dinâmica do discurso e afastando-se dos sentidos já dados, aprofundando-se no entremeio da descrição e da interpretação. Na A.D, ao fazer uma leitura minuciosa, procura-se ir além do que se diz, do que é evidente. No processo discursivo nada é transparente, tudo é encoberto por uma opacidade, pois não entra em jogo apenas o que foi dito, mas o não dito também

significa. Esse processo de significação ocorre por meio das condições de produção, que vão determinar os sentidos, que não constituem apenas o que está sendo exposto no momento, mas também outras situações e lugares, cabendo ao analista apreender esses vestígios e tecer as imbricadas relações do discurso. Ao analista não cabe acreditar já ter chegado a um resultado final, mas deve manter-se aberto a novas perspectivas.

É no nível três, o do processo discursivo, que adentramos a análise do corpus, no intuito de demonstrar os processos de constituição dos sentidos. Considerando, então, a análise dos relatos dos presos políticos aqui apresentada, tomaremos a noção de recorte, que, segundo Orlandi (1984, p. 14): [...] é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva, entendemos fragmentos correlacionados linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Essa ideia é importante, pois os sentidos aqui construídos, foram emanados dos recortes feitos a partir dos relatos dos presos políticos da época do regime militar, mais especificamente, que foram vítimas da Operação Cajueiro, realizada em 1976, no estado de Sergipe.

Destacadas tais etapas metodológicas, cabe observar a tipologia dos discursos proposta por Orlandi (2008), uma vez que o entendimento de cada tipo permite uma análise mais precisa e detalhada, conforme afirma Orlandi, 2008, p. 24:

[...] cada tipo estabelece a relevância de certos fatores (e não outros) para as condições de significação do texto, isto é, a tipologia opera um recorte que distingue o que no contexto de situação deve ser levado em conta na constituição do sentido.

É importante salientar que, em sua afirmação, Orlandi fala em “relevância de certos fatores”, isso quer dizer que em determinados discursos, uma forma se destaca mais que outras, mas não aparece isoladamente, não existindo, portanto, uma forma pura. Desse modo, os tipos de discurso traçados por Orlandi (2008) são estabelecidos de acordo com a tendência a determinadas características linguísticas; logo teremos o discurso que tende ao autoritário, ao polêmico e ao lúdico. Dentre estes discursos, segundo Orlandi (op. Cit.), o que se destaca socialmente é o autoritário, uma vez que se perpetua por meio da paráfrase.

O discurso que tende ao autoritário é aquele com grande número de paráfrase e contenção da polissemia, pois procura a reprodução do mesmo sentido. Logo, o objeto do discurso é dominado pelo próprio dizer, nenhuma contestação é permitida, uma vez que se tenta impor um sentido único. O discurso que tende ao polêmico apresenta igual

e conflituoso uso da paráfrase e polissemia, uma vez que o objeto é direcionado pela disputa. Já no discurso que tende ao lúdico, o recurso mais utilizado é a polissemia.

Além da observação dos critérios estabelecidos pela tipologia, é preciso encontrar marcas linguísticas, pois vão determinar as formas como os discursos funcionam. Entretanto, apenas as marcas não são suficientes em uma análise, elas funcionam como pistas observadas a partir da teoria (ORLANDI, 2008, p. 54-55). Destarte, a Análise de Discurso inscreve-se no paradigma indiciário proposto por Ginsburg (1986), que pode ser definido como um conjunto de princípios e procedimentos centrados na investigação por meio de detalhes, pistas, indícios comumente negligenciados. Na AD, o analista não pode ficar restrito as regras pré-estabelecidas, mas deve atentar-se ao que surge através da pistas, uma vez que ele não trabalha com as evidências em si, “mas com o processo de produção das evidências” (ORLANDI, 2004, p. 44).

Entretanto, preliminarmente à análise e de posse dos textos a serem analisados, foram levantadas as hipóteses norteadoras da nossa investigação: Quais sentidos atravessam os relatos dos ex-presos políticos? Quais as formações ideológicas dos sujeitos e quais formações discursivas interpelam suas posições?

O *corpus* de nossa pesquisa constituiu-se de textos disponibilizados na internet, por meio de blogs. O primeiro é o “Aracaju na virada dos 70: juventude, transgressão e militância”, desenvolvido pelo Prof. Dr. Alfredo Julien, do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. O blog consiste em depoimentos de quem vivenciou o período do regime militar em Sergipe. Dentro do blog, existe um espaço intitulado “Sala Wellington Manguiera”, com catorze depoimentos do militante, que conta suas experiências durante tal período histórico. Dentre os depoimentos de Wellington, eis os arquivos utilizados nesta pesquisa:

<b>Quadro 2 – Depoimentos de Wellington Manguiera</b>	
DATA	DURAÇÃO
16/06/2014	43m07
25/07/2014	56m37
28/07/2014	44m35
01/08/2014	1h14m38



18/08/2014	1h02m56
01/09/2014	58m38
08/09/2014	1h01m40
15/12/2015	58m53
17/12/2014	1h11m57

O outro blog utilizado foi o “Grupo minha terra é Sergipe”, organizado por Armando Maynard e que consiste em postagens de notícias, eventos e depoimentos do que acontece em Sergipe, com o objetivo de promover o estado. Entre os conteúdos, consta o depoimento de Milton coelho, que vivenciou e lutou contra os desmando do regime militar. Intitulado “Milton Coelho, militante da liberdade”, o texto publicado no dia 08 de junho de 2013, apresenta o relato de Milton, contanto o que passou durante a Operação Cajueiro.

Desse modo, numa primeira parte, diante do objeto textual (os relatos), tentamos compreender o funcionamento discursivo, por meio do estado ainda bruto e suas possíveis Formações Discursivas (FD), por meio da identificação de sentidos ocultos. Observamos os modos como o discurso foi construído, como a lembrança de um momento cruel, anos depois estava sendo contada, como o discurso do vivido estava significando, dentro de uma Formação Ideológica (FI). Em um terceiro momento, tentamos explicar o material linguístico (relatos), recorrendo à teoria para entender como um discurso sinaliza outro.

No próximo capítulo, apresentaremos a análise discursiva da posição ideológica dos sujeitos, constituída no interior dos relatos dos ex-presos políticos da época militar em Sergipe.

## CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DO *CORPUS*

### 4.1 PERFIL DOS ATINGIDOS E MILITÂNCIA

Durante o período do regime militar, as pessoas eram presas sob acusações de estarem relacionadas à questão da militância em partidos contrários ao do regime e tidos como clandestinos. Não só a participação política, mas a leitura de livros com ideias consideradas “subversivas”, bem como andar com pessoas engajadas na luta política, era motivo de incriminação e inúmeras acusações.

Independente da posição que o indivíduo ocupasse, se compactuasse com ideias contrárias às do regime era considerado “subversivo” sendo, então, observado, perseguido e podendo chegar até mesmo a ser preso. Tal fato fica expresso no Ato Institucional nº 1 (AI-1), no qual funcionários públicos sob a mínima suspeita poderiam ter suas aposentadorias forçadas:

Art 7º - Ficam suspensas, por 6 (seis) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Ato Institucional Nº 1. Disponível em [http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao\\_2.htm](http://www.acervoditadura.rs.gov.br/legislacao_2.htm). Acesso em: 10/01/2017).

Observa-se, pelo conteúdo do ato Institucional, que os motivos que poderiam causar demissão ou dispensa eram “[...] tentar contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.” Sem dúvida tais infrações são gravíssimas, mas são apresentadas de forma muito genérica, sem detalhar quais atentados poderiam ser punidos e, dessa forma, as interpretações da lei poderiam ser feitas com base em entendimentos dos que a aplicavam sobre segurança, democracia e probidade administrativa. Muitos foram os que se colocaram como justiceiros, tomando as dores do regime, denunciando funcionários, trabalhadores, alunos, a exemplo de chefes, patrões, diretores de instituições escolares, entre outros.

Não só os funcionários públicos, como muitos outros cidadãos, foram vítimas do Ato Institucional nº 1, a exemplo de estudantes, que se transformaram em um importante foco de mobilização social, pela capacidade de reunirem expressivos contingentes de jovens para participarem da vida política do país, o engajamento dos jovens na resistência ao regime militar também evidencia a predisposição ao enfrentamento de risco. Observando a recorrência de presos com esse perfil, formula-se deduções a respeito da escolha.

Em relação ao funcionalismo público, o AI-1 era contraditório, pois era o aparelho funcionando contra o aparelho. Enquanto o movimento estudantil dispunha de várias organizações representativas, os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), o que potencializava a influencia, através de reivindicações, protestos e manifestações.

Outros grupos sindicais que também participaram da luta pela liberdade democrática foram presos a exemplo dos advogados, petroleiros, agrônomos, trabalhadores rurais, ferroviários. Estes também ofereciam medo por causa do grande espaço que o Partido Comunista Brasileiro estava ganhando nestes sindicatos. (Ver QUADRO 1)

Uma das pessoas que lutou nesse período sombrio foi Wellington Dantas Mangueira Marques, atualmente filiado ao Partido Popular Socialista, ainda nutre sentimentos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no qual viveu momentos de coragem e luta pelo fim do regime militar, tendo a experiência de ser vilipendiado enquanto estudante secundarista e, depois de formado, como advogado. Ainda adolescente, já figurava no movimento estudantil e lutava contra os desmandos do regime militar. Aluno do colégio estadual mais importante, o Atheneu Sergipense, presenciou e lutou de modo incisivo contra a falta de informação no meio estudantil. Em uma de suas entrevistas (16/06/2014), veiculadas no blog “Aracaju na virada dos 70: juventude, transgressão e militância”, ele fala do pânico que se estabeleceu no colégio onde estudava, decorrente da ação da direção contra a agremiação estudantil e o movimento que se instalava entre os alunos:

SD1- Gerou-se um pânico no Atheneu, o grêmio já tinha sido vasculhado, a diretora tinha confiscado o livro de ata, já tinha decretado a intervenção do grêmio cultural Clodomir Silva. Foram dias dramáticos até que ela propôs

uma marcha com Deus e a família a favor dos golpistas. Nós não fomos, a diretora Maria Augusta Lobão inicialmente disse que era para preparar para o 7 de setembro, mas logo vieram aquelas palavras de ordem e nós, alguns de nós, não concordamos, os que não concordaram de forma clara ficaram marcados”. (MANGUEIRA, Wellington. 16/06/2014)

Iniciamos a análise do recorte acima, destacando alguns significantes que de imediato chamam a atenção: pânico, vasculhado, confiscado, intervenção e dramáticos. Para Wellington Manguiera, ações oposicionistas remetem-no a situações e a vivências aversivas, que causam situações de pânico e dramáticas. Tais sentimentos são intensificados por meio das ações da diretora, representadas pelas sequências discursivas: vasculhado o grêmio, confiscado o livro de ata e decretado a intervenção do grêmio. Podemos observar também, indícios de uma perseguição aos estudantes que se envolviam em movimentos ou apenas demonstravam ideias de oposição ao regime militar.

Foucault (1987) acredita que são poderes descentralizados que marcam os corpos. Durante os regimes totalitários, as “disciplinas”, ou seja, os métodos de controle ou as “educações do corpo” tornam-se cada vez mais rígidas, tanto para eliminar a oposição explícita ao governo quanto para evitar qualquer posição contrária às atuações dos governantes. Nesse trecho, observa-se que a direção da escola somou-se aos militares na defesa dos princípios ditos “democráticos”, procedendo de forma autoritária, colocando-se ao lado do Aparelho Repressivo do Estado, ao confiscar o livro de atas do grêmio estudantil, ao decretar sua intervenção, ao exigir dos alunos a participação numa marcha com Deus e a família. Não havia opção por parte deles, ou participavam ou “ficavam marcados”. Em seu discurso, usou ela de artifícios enganadores, como o “nome de Deus e da família”, acionando uma memória discursiva (interdiscurso) religiosa com o intuito de conseguir a adesão dos estudantes. Verifica-se em seu enunciado, conforme diz Orlandi (2007), que “há uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer “uma” coisa, para não deixar dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer, essa é sua dimensão política.

A diretora Maria Augusta, ao organizar a “marcha com Deus e a família” tenta mascarar o discurso autoritário, por meio do uso de uma formação ideológica religiosa, ao remeter à figura de “Deus” e, conseqüentemente, à fé dos alunos, com a intenção de interpelá-los, mas, nesse caso, esse artifício não alcança a todos, uma vez que

Wellington e alguns companheiros não concordam. Outra formação ideológica presente em seu discurso é a familiar e patriarcal, ao remeter ao termo “família”, instituição basilar da sociedade, que estava sofrendo com as prisões e exercia certo controle em relação a seus membros. A menção à família seria importante forma de conter os impulsos estudantis e de influenciar na participação da marcha.

Utilizou-se, ainda, do sentimento cívico, ao mencionar o 7 de setembro, para conseguir reunir um maior número de estudantes, mas, diante da falta de motivação, ela lançou “palavras de ordem”, demonstrando que, claramente, tinha um posicionamento de direita e servia ao regime militar. Colocando-se como aliada do regime imposto, começou a perseguir os alunos que apresentavam ideias contrárias. Além disso, sua atitude mostra a força de um aparelho que se configura como repressivo, pois age a favor do regime militar, que é a representação da ideologia capitalista, tentando destruir o comunismo. São oportunas as palavras de Althusser (1970, p.64):

Contudo, neste concerto, há um Aparelho Ideológico de Estado que desempenha incontestavelmente o papel dominante, embora nem sempre se preste muita atenção à sua música: ela é de tal maneira silenciosa! Trata-se da Escola.

Segundo Louis Althusser (1970), a escola é um Aparelho Ideológico do Estado que atua a serviço do modo de reprodução capitalista e, por isso, o principal. O Aparelho de Estado ou o Aparelho Ideológico de Estado tem a função de garantir a reprodução da ideologia capitalista. Logo, a escola, como instituição que atua de acordo com as orientações do Estado, a Igreja e a Família contribuem para a reprodução da força de trabalho e também para a formação de ideias.

[...] o Aparelho Ideológico de Estado que foi colocado em posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classes política e ideológica contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, é o Aparelho Ideológico escolar. (ALTHUSSER, 1970, p.60)

A escola imprime uma ideologia dominante, de modo velado, através da ação pedagógica. Desde o pré-primário, às crianças de todas as classes sociais, em pleno processo de formação, são transmitidos saberes práticos decorrentes da ideologia dominante. Durante a formação, esses indivíduos vão entendendo o seu papel na sociedade: papel de explorados, papel de agentes da exploração, de agentes da repressão ou profissionais da ideologia (ALTHUSSER, 1970, p.65).

Logo, entendemos ser passível de observação que a constituição da memória discursiva de Wellington, referente a uma postura que discorde do poder vigente, acontece dentro de condições de produção desfavoráveis.

A censura já fora instituída pelo Estado desde o início da Ditadura, como estratégia política, para coibir e/ou proibir determinados dizeres tidos como antagônicos aos interesses do regime. Contudo, na luta estudantil, logo após o golpe militar, mesmo diante da censura, Mangueira e um grupo de amigos conseguiram, em 11 de agosto de 1964, reunir os estudantes no Cine Vitória para comemorar o dia dos estudantes, dizendo que não podiam se curvar diante das injustiças e arbitrariedade.

SD2 - Veio o dia do estudante e organizamos um encontro no Cine Vitória dizendo que era para assistir 'Marcelino pão e vinho'. Um filme bobo, sentimental, mas de qualquer maneira organizava os estudantes para discutir a liberdade. (MANGUEIRA, Wellington. 16/06/2014)

Usando de artifícios semelhantes ao da diretora, os alunos silenciaram o verdadeiro motivo do encontro no cine vitória. O cine era da Igreja católica, sendo cedido para assistir a um filme, aparentemente desprezioso, voltado para a religião, mas o verdadeiro pretexto que os uniu foi a discussão sobre a liberdade. Segundo Wellington Mangueira, tinha mais de dois mil estudantes e outros não entraram por não caber. Depois desse episódio, a diretora Maria Augusta Lobão convidou um militar de alta patente para ir ao Atheneu, fazer uma palestra contra o comunismo e ideias subversivas.

SD3 - A diretora Maria Augusto Lobão convidou um militar de alta patente do Exército para fazer uma palestra contra o comunismo, contra o socialismo, contra ideias subversivas. Esse cidadão foi lá, todos nós fomos obrigados a ir para o auditório, nem sabia do que se tratava e lá esse cidadão começou, eu não sei o nome dele, mas ele propunha se construir uma organização cuja marca era uma garra de pantera e os que não concordaram foram identificados, Abelardo, Mário Jorge, Anderson, Wellington, Jackson e Alceu...então nós seis fomos expulsos do Atheneu, dizendo que era uma transferência ex-offício, que equivalia a expulsão. (MANGUEIRA, Wellington. 16/06/2014)

Na sequência discursiva, fica evidente o posicionamento do dominante em relação ao dominado, o Aparelho escolar exerceu uma preponderância ao obrigar os alunos a irem ao auditório mesmo sem saber do que se tratavam; enquanto os estudantes estavam na situação de dominados, não havia opção, tinham que se submeter à repressão. No auditório, outro fato merece destaque, o de não poder haver discordância. Os que assim procederam, foram identificados e punidos, sendo expulsos.

A expulsão deixa ainda mais evidente como a escola é um aparelho que serve para reproduzir os desejos da classe dominante. Na ocasião, as escolas públicas e privadas não aceitavam estudantes com vínculos comunistas, como deixa claro Manguiera “no caso de Sergipe a coisa estava muito efervescente, ninguém queria aceitar, público ou privado, não podíamos ir para lugar nenhum”.

Já no ambiente universitário, ao cursar a Faculdade de Direito, mesmo diante da represália, a resistência e fortalecimento ficam evidentes, a partir do momento que o grupo encontrou nos jornais estudantis um meio de denúncia do que estava acontecendo e não era levado à sociedade de forma geral, pois tais notícias eram vetadas.

SD4 - Procurávamos estimular a criação de jornais para denunciar aquilo que a Gazeta de Sergipe não denunciava por causa da censura. Raul Barbosa, jornalista ligado ao PCB, nos informava o que era cortado e a gente colocava nos jornais. (MANGUEIRA, Wellington. 01/08/2014)

Neste segmento discursivo vemos como Aparelho de informação, através da imprensa, age como força auxiliar do Estado impondo a dominação ideológica e assegurando a manutenção das condições de reprodução do sistema. Foi o que aconteceu durante o governo militar, o regime censurava as notícias que denunciavam casos de prisões, repressão ou quaisquer atos que viessem desmoralizá-lo. Sobre isso, Althusser (1970, p. 63) diz: “O aparelho de informação embutindo, através da imprensa, da rádio, da televisão, em todos os «cidadãos», doses quotidianas de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo, etc”.

Com a censura decretada pela ditadura, os jornais sergipanos filtravam as informações que avaliavam importantes, levando ao público apenas o que era apropriado, trazendo à tona discursos oriundos de seus intentos político-ideológicos, embora perpassassem a ilusão de neutralidade.

Manguiera utilizou, então, um meio de informação clandestino de modo avesso, como um instrumento de difusão das idéias consideradas comunistas e de denúncia de fatos que eram ocultados. Esses jornais estudantis representavam uma forma de resistência, uma voz que denunciava o que realmente estava acontecendo, neste caso esse aparelho estava servindo a um outro grupo, uma outra ideologia. Paradoxalmente, esse Aparelho Ideológico que circulava dentro de outro aparelho, o sistema educacional universitário, aparece servindo de modo contrário ao Estado. É possível observar também como o discurso pode ser manipulado, o enunciador diz uma coisa, mas

subliminarmente ele passa uma mensagem que vai além do exposto. Mostra como a escolha lexical conduz para um fortalecimento de valores.

Ainda com toda a forte tensão, ocasionada pelo AI-5, estudantes de todo Brasil se reuniram no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna – SP, que já era uma organização clandestina, pois estava proscrita. Alguns nomes conhecidos no cenário sergipano se fizeram presentes, a exemplo de Wellington Manguiera. Na ocasião, ele teve o mandato de dirigente estudantil cassado e ainda foi preso.

SD5 - Quando saímos tivemos nossos mandatos de dirigentes estudantis cassados. Não pude mais ser presidente do Centro Acadêmico Sílvio Romero, da Faculdade de Direito, Jackson Barreto que era meu vice-presidente também não e tantos outros. (MANGUEIRA, Wellington. 18/08/2014)

Segundo o dito acima, conclui-se que os estudantes mais ativos eram vigiados e seguidos em suas atividades, sobretudo os que exerciam lideranças a exemplo de Wellington Manguiera e Jackson Barreto. Ambos foram vítimas de perseguição política. No caso do primeiro, ele sofreu em decorrência de prisões sucessivas e torturas físicas chegando a fugir para Moscou.

Tempos depois, Wellington já advogado, ao retornar de Moscou, foi preso juntamente com a sua esposa Laura Marques e torturados: “Era uma armadilha. Fomos presos, levados para a Bahia e barbaramente torturados”. Esse episódio mostra que o fato de ele ter um nível superior não fazia diferença, uma vez que o objetivo do regime era acabar com o Partidão, nome que se dava ao PCB, e isso significa acabar com os membros.

Além de Wellington, outro personagem que militou corajosamente foi Milton Coelho. Atualmente, aposentado da Petrobrás, atua defendendo as liberdades democráticas e as ideias comunistas. Engajado na luta pela liberdade de direitos e vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi perseguido e torturado. Sua prisão se deu sob acusação de ser ligado ao PCB. Como trabalhador, teve a sua aposentadoria forçada em decorrência das torturas sofridas ao ser preso durante o regime militar, quando perdeu a visão.

SD6 - Em 76 mostraram ao agrônomo Delmo Naziazeno um retrato dele na rua da frente, antes de atravessar para a Atalaia Nova, Milton e Delmo comendo pipoca. Então aquela reunião estava toda acompanhada. (COELHO, Milton)



Nesse segmento, Milton fala de uma fotografia que tinha sido tirada enquanto ele se articulava com os companheiros do Partidão. Já havia a suspeita de que estavam sendo seguidos, mas aquela fotografia lhes deu a certeza de que seus encontros eram acompanhados. Entretanto, mesmo diante do perigo eminente, mantiveram-se firmes, prosseguindo com as reuniões. Neste caso, fica notório o motivo da perseguição, o envolvimento e engajamento com o PCB.

Todo preso político durante a ditadura militar era enquadrado como um criminoso que agia contra a Segurança Nacional. Com o decreto-Lei nº 898, de 29 de Setembro de 1969, o rigor aumentou, definindo de modo mais abrangente os crimes contra a segurança nacional. Neste período o foco das prisões voltava-se para as pessoas que se opunham e ameaçavam o regime militar. “Ignorando as leis constitucionais elaboradas pelos próprios militares, as prisões, via de regra, ocorriam sob a forma de sequestro. Sem mandato judicial, sob um clima de horror que implicava a todos aqueles que possuíssem algum tipo de relação com o detido” (PINHEIRO, 2015, p. 93-94).

De acordo com o major Alcântara, comandante do 28º Batalhão de Caçadores:

As prisões – contou ele – se fizeram “rigorosamente de acordo com a Lei de segurança Nacional, com mandato de prisão e, sempre que possível, em presença de testemunhas para se evitar fossem interpretadas como seqüestro”. (GAZETA DE SERGIPE, 28/02/1976)

Quando pensamos em abuso de poder, logo imaginamos o uso da força ou o cerceamento da liberdade, mas o abuso também ocorre de modo sutil, infiltrando a mente das pessoas, através dos discursos vinculados pelos veículos de comunicação, afetando, dessa forma, os valores e ideologia dos receptores. Esse é um artifício usado pelo Estado para silenciar os discursos contrários à ideologia dominante. E por que isto ocorre?

Quando tais pessoas têm acesso a outros meios de comunicação, com ideologia diferente, elas podem fazer o confronto das informações e escolher a que seguir.

Para manter-se no poder, é preciso ganhar apoio e influenciar as mentes e os humores, dessa forma um meio de manutenção é o controle da imagem na mídia de massa, controlando os processos discursivos e interacionais. Desse modo, um meio eficiente do governo militar manter-se, foi controlando, através da censura, tudo que era divulgado pela mídia.

Porém, com toda intervenção do estado ou de grandes organizações os jornais e os jornalistas podem oferecer resistência, até certo ponto, formulando notícias de acordo com a sua própria ideologia. Como foi o caso do jornal Gazeta de Sergipe. O mesmo acontece com o público, as interpretações vão depender da sua filiação ideológica.

Ao controlar a mente das pessoas, não há a necessidade de coerção, pois a manipulação se torna uma consequência.

Entre a política e a mídia há uma relação mútua de dominação, sendo que ambas são controladas pelo que é mais viável, mais lucrativo (o governo lutava contra o Partidão, pois este tinha o interesse de implantar o comunismo no Brasil).

Bem contrário ao discurso dos militares, foi à ação relatada pelos presos:

SD6 - Fomos presos, eu e Abelardo, sequestrados, e encaminhados para Salvador. Passamos um dia no 28ºBC, de madrugada saímos numa viatura, no meio do caminho o major Damasceno mandou descer... ele desceu na frente da gente com metralhadora, pistola, eu fiquei acuado como um gato diante de um cachorro e não sabia o que fazer, o último militar que ficou dentro da cabine me empurrou com o cano da arma dele para eu descer... o major Damasceno ficou com a pistola, os outros com a metralhadora, nós dois espantados e ele disse “parei aqui no meio do mato para dizer a vocês que se comportem, porque qualquer movimento suspeito será tido como tentativa de fuga e a ordem é atirar”. Depois de algum tempo nos embarcaram para o Quartel da Pólvora, da 6ª Região Militar, em Salvador. (MANGUEIRA, Wellington. 16/06/2014).

Nesse relato, Wellington fala da sua prisão, quando foi retirado do Colégio Atheneu por conta da diretora Maria Augusta Lobão. Sem nenhum mandato, ele e seu companheiro, ainda adolescentes, foram levados presos, sem mandato judicial e notificação as famílias que só ficaram sabendo tempos depois da prisão; configurando-se, então, como um sequestro. Fica evidente o abuso de poder, quando diante de adolescentes, a força militar porta metralhadora e pistola. Mais adiante é acentuado o caráter agressivo das prisões, quando os jovens, sem posse alguma de arma, sofrem agressão psicológica, ao serem ameaçados de morte, caso fizessem qualquer “movimento suspeito” e até física, quando Wellington é empurrado com o cano da arma. O aparelho repressivo militar justificava suas ações e o modo como as prisões eram executadas, ignorando as leis constitucionais, caracterizando os presos como perigosos, uma ameaça nacional; como mostra o segmento “qualquer movimento suspeito será tido como tentativa de fuga e a ordem é atirar”.

Outro momento de prisão que merece ser mencionado foi quando ao retornar de Moscou, juntamente com a sua esposa, foram presos e duramente torturados.

SD7 - Era uma armadilha. Fomos presos, levados para a Bahia e barbaramente torturados. (MANGUEIRA, Wellington. 17/12/2014)

Ao utilizar o termo “armadilha”, Wellington deixa transparecer a ação ilegal e sorrateira dos militares. Ao chegar ao Brasil, o casal era visto como uma ameaça a nação, não só por terem visibilidade no PCB, mas também por terem ido a Moscou, fazer um curso, que, na visão dos militares, era para implantar o sistema comunista.

#### 4.2 EXECUÇÃO DAS PRISÕES NA OPERAÇÃO CAJUEIRO

No ano de 1976, quando tudo parecia mais calmo, a Operação Cajueiro foi deflagrada, prendendo várias pessoas que militavam no Partidão. Tais prisões aconteceram de modo inesperado, através do seqüestro das pessoas. A seguir relatos dos que vivenciaram esse período.

SD8 - Eu estava no Cotinguiba quando um cidadão entrou lá dizendo que tinha um... empresário de jogador que ele estava com o time de profissionais e queria falar comigo, mas era do lado de fora, porque ele estava com trajes não condizentes...Quando chego lá na porta, me pegam, você vai preso agora, você está preso agora, você está preso, não reaja que é pior. (MANGUEIRA, Wellington. 17/12/2014)

No período que foi deflagrada a Operação Cajueiro, Manguieira já estava sem participar das atividades e reuniões do partido, desde a última prisão, na qual tinha ficado com traços de loucura. Depois do médico prescrever a laboterapia, para resolver a insônia e os constantes pesadelos que ele tinha, o clube Cotinguiba o acolheu no momento mais crítico, o convidando para trabalhar lá; foi nesse contexto que Wellington foi preso. No momento da prisão nenhum mandato foi apresentado, mas o levaram a força e sob ameaça “me pegam, você vai preso agora” “você está preso, não reaja que é pior”, caracterizando um seqüestro. A ilegalidade fica latente diante de todo o planejamento da prisão, não foram até ele, foi preciso montar uma emboscada para que ele fosse levado, decerto a prisão ocorreu em um lugar sem testemunhas. Observa-se também o “discurso do medo”, que funciona como um inibidor, a vítima silencia-se para evitar um tratamento mais severo.

Uma outra vítima levada sob condições semelhantes foi Milton Coelho, em seu relato ele diz:

SD9 - Um cara apontou um revólver assim e disse: vá entrando aqui, aí eu já sabia que a história era diferente, eu sabia que eles eram capazes de tudo, me levando sem... você entendeu, clandestinamente, de alguma coisa não é? Mas eu vi que não tinha condições, deixei. (COELHO, Milton)

Ao analisar esse discurso, é possível perceber que ele vai além do dito, outros sentidos são evocados. Da sua residência, Milton foi levado sem que ninguém testemunhasse, retirado “clandestinamente”, na mira de revólver. Foi-lhe tirado o direito de saber para onde estava sendo levado, pois lhe colocaram uma venda nos olhos, para que não visse o caminho. Ao dizer “eu vi que não tinha condições”, Milton deixa clara a sua posição de dominado e leva-nos a entender que ele deixou de reagir, que se calou, mas calou-se em um sentido de autopreservação; uma vez que o direito de manifestar-se havia sido interdito; além disso, ao direcionar o revólver, o executor da prisão deixa claro quem está com o poder de decidir se o mantém vivo ou morto.

#### 4.3 MÉTODOS DE TORTURA

A máquina de repressão era composta pelas três forças de segurança do país, Exército, Marinha e Aeronáutica, mas os oficiais do Exército eram quem comandava. As três forças estavam trabalhando em conjunto, pois o adversário não era um criminoso comum, ele era um “inimigo interno”, um “subversivo” que tentava desestabilizar o comando do país, o regime militar brasileiro. Por isso o conhecimento das três forças e as diversas táticas tinham que se unir para combater o mal do país. Por isso, vários métodos de tortura foram utilizados nos interrogatórios, para extrair o máximo de informações do suspeito.

“[...] em aproximadamente vinte anos de ditadura militar foram utilizadas centenas de modos diferentes de tortura, ouvia-se falar em pau-de-arara, choque elétrico, telefone, afogamento, entre outros” (PINHEIRO, 2015, p. 142 grifo nosso), destes os sergipanos relataram os seguintes:

**Choque elétrico:** esse aparato é composto por um magneto telefônico (gerador de energia que fazia os telefones antigos funcionarem) que movido por uma manivela produzia descargas elétricas, que através de correntes eram transmitidas ao corpo dos presos políticos. As partes escolhidas eram os membros superiores, inferiores e órgãos genitais.

**Telefone:** O torturador aplicava socos violentos em ambos os ouvidos do preso ao mesmo tempo, causando uma pressão muito forte e terrível dor, ao ponto de, muitas vezes, romper o tímpano.

**Afogamento:** a cabeça da vítima era afundada várias vezes em um tambor de água.

No Brasil, antes do período militar já acontecia à prática de tortura, mas com a tomada do regime militar estas ações foram intensificadas, especialmente com o decreto do AI-5, quando passou à condição de:

método científico”, incluindo em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado. Sabe-se que um dos primeiros a introduzir tal pragmatismo no Brasil foi o policial norte-americano Dan Mitrione, posteriormente transferido para Montevidéu, onde acabou sequestrado e morto. Quando instrutor em Belo Horizonte, nos primeiros anos do Regime Militar, ele utilizou mendigos recolhidos nas ruas para adestrar a polícia local. Serviciados em salas de aula, aqueles pobres homens permitiram que os alunos aprendessem as várias modalidades de criar, no preso, a suprema contradição entre o corpo e o espírito, atingindo-lhes os pontos vulneráveis. (BRASIL: NUNCA MAIS. p. 32)

O uso da tortura fazia parte dos mecanismos usados ideologicamente pela Segurança Militar. Havia toda uma infra-estrutura para que essa prática funcionasse da maneira mais eficiente, desde a ambientação aos agentes, enfermeiros e médicos que colaboravam com o conhecimento científico para desenvolver métodos de tortura mais eficazes, além de examinarem os presos, detectando suas resistências e fragilidades. Os torturados conheciam o corpo dos torturados, seus limites e respostas às técnicas utilizadas, graças ao trabalho dos profissionais da saúde. Com a sociedade a tortura foi aplicada de forma sistemática e como corpos, que segundo Foucault (1987), estão mergulhados no campo político, foram alcançados pelas relações de poder e marcados por ela.

O discurso dos militares era de que tudo ocorria conforme a Lei de Segurança Nacional. Segundo o major Alcântara, comandante do 28º Batalhão de Caçadores:

Todos os presos estão em perfeito estado de saúde física e mental e tem assistência médica permanente. (GAZETA DE SERGIPE, 28/02/1976)

Contrapondo as palavras dos militares, nos segmentos a seguir, Wellington e Milton relatam as torturas sofridas ao serem presos.

SD10 - “Era uma armadilha. Fomos presos, levados para a Bahia e barbaramente torturados.” Despiram-na, colocaram numa mesa, ameaçando

manter relações com ela se eu não contasse o que eles queriam saber. De lá nos levaram para Brasília e depois para o Rio de Janeiro. Nos soltaram quando, de tanto me torturar e eu também querendo me enlouquecer, eles acharam que eu estava louco. Disseram que depois de uns dias eu teria que fazer contato com eles” (MANGUEIRA, Wellington. 17/12/2014)

SD11 - “Disse a eles que Laura estava grávida e colocaram ela numa mesa, o mesmo método, que era o ensinado pela polícia americana para constranger os maridos quando um casal era preso. Eles, que não eram médicos coisa nenhuma, fizeram exames locais, que na verdade eram para me indignar. Ao cabo de algum tempo disseram ‘ela está grávida mesmo’ e nos jogaram em celas separadas. Na noite seguinte um delegado bem grande, chamado por um sobrenome italiano, me disse: ‘para o aparato policial vocês são mais perigosos do que se estivessem armados. Vocês fazem a parte da inteligência, o líder de vocês é Luiz Carlos Prestes’”. (MANGUEIRA, Wellington. 17/12/2014)

O corpo e a mente estão ligados por meio de um só ser e conhecendo a dependência que existe entre esses elementos, os torturadores aplicavam torturas que, por meio da mente, afetavam o corpo. A SD-10 começa “Era uma armadilha”, mas que tipo de armadilha? Uma armadilha criada pelo Aparelho Repressivo do Estado, a força militar, que aparentemente não estava mais focada na apreensão de Wellington Manguieira e outros líderes. Observa-se que esse engodo consegue afetar a mente e estimular o corpo de Wellington a retornar ao Brasil, da seguinte maneira: se a vigilância dos militares era menor, diminuía-se o risco de serem presos e, conseqüentemente, torturados. O decorrer da seqüência mostra como ocorreu à prisão ao retornar de Moscou. Nesse episódio os dois são torturados, fisicamente e psicologicamente. No caso de Wellington e sua esposa Laura Marques, a situação ficava ainda mais constrangedora, os militares ameaçavam violentá-la na frente dele, ao ver a sua esposa sendo tocada, como mostra a SD-11, Wellington, sofria mentalmente e, seu corpo já debilitado também era prejudicado. Homens e mulheres eram torturados, para os militares não havia exceção, mas o modo como ocorria variava de acordo com o sexo. O modo como a tortura era praticada contra as mulheres tinha um diferencial, a sexualidade feminina tornou-se uma objeto, a violência sexual era praticada constantemente, muitas vezes diante de parentes, o que fica marcada a presença da ideologia machista, na qual o homem tem a mulher como um ser submisso aos seus desejos. Mesmo dizendo que ela estava grávida, ela foi submetida a supostos exames na presença do esposo.

SD12 - Torturado, torturado, fizeram uma carta e eu tive que subscrever, negando a minha condição de comunista, que era uma forma deles me humilharem, eu dizendo que pegaram uma parte para dar caráter verdadeiro e aí botam que eu renuncio a maconha e ao comunismo”. Era para me desmoralizar porque os companheiros disseram que eu não participava mais

de nada, e foi aí que eu assinei aquela desgraça depois de várias torturas e achando que era uma estupidez tão grande que ninguém ia acreditar, como realmente não acreditou, o Partido Comunista Brasileiro não acreditou, continuou confiando em mim e a história seguiu. (MANGUEIRA, Wellington, 17/12/2014).

No SD12, Wellington narra sua prisão durante a Operação Cajueiro, quando depois de inúmeras torturas e extremamente debilitado, também por causa do seu histórico com problemas mentais, foi forçado a assinar uma carta negando o comunismo.

SD13 - Então, no primeiro momento a borracha e me empurraram puxando pelo macacão, me empurraram que eu não sabia pra onde ia, daqui a pouco uma rasteira que eu cai foi com a cabeça dentro d'água, diversas vezes, consegui sair, me jogaram no chão. No chão tomei pontapé nas costelas que eram certamente duas pessoas, que ninguém levanta dois pés de vez, aí recebia dois pés, de um lado e de outro, ficava bamboleando... Bom, depois dos pontapés me botaram adiante, aí sim, “traga a perereca”, o macacão todo aberto, o pênis exposto, pegaram como se fosse um pregador de roupa, colocaram no pênis, aí despejavam ... o corpo balançava todo. “Você tem filho?”, não, não tenho, “nem vai ter mais”. Acharam pouco e dobraram meu corpo, “vamos suicidar esse elemento. Dentro do capuz eu percebi que estava sem a visão. (COELHO, Milton)

Torturava-se primeiro, para depois começar o interrogatório. Nessa sequência uma estrutura de poder e dominação foi estabelecida; podemos afirmar que a imposição de um clima aterrorizante era um dos métodos aplicado para obter o maior número de informações que pudesse enquadrar como ilegal, isso porque com os corpos debilitados e vendo-se próximos a morte, os presos acabavam falando nomes e até mesmo assumindo situações que não havia cometido, só para encontrarem-se livres das sevícias. Dos métodos relatados, os que ficam mais evidentes são o afogamento e choque elétrico. Este último volatizava os indivíduos e intensificava a humilhação, uma vez que eram dados nas partes íntimas, pois não só causavam dores extremas, mas mexiam com o pudor dos presos.

Culturalmente o corpo deve aparecer coberto por vestes. Na Bíblia, no livro de Gênesis, ao comer do fruto proibido, Adão e Eva passaram e ver as “vergonhas um do outro” e ficaram constrangidos, a partir desse momento eles produziram vestes. Simbolicamente as roupas representam proteção, serve para cobrir algo que é particular a um indivíduo. Ao exigir que os presos ficassem despidos, os torturadores praticaram um tipo de violência sexual. Essa prática era recorrente durante as torturas e ao, ficar sem roupa, o indivíduos sentiam-se impotentes e tinham a sensação de total perda de direitos, inclusive do seu corpo.

Ainda em relação à SD-13, constata-se que o silêncio do oprimido não é permitido, uma vez que é visto como uma forma de resistência. Ele precisa verbalizar sua dor, demonstrar o quanto está sofrendo com o suplício. A formação discursiva do dominador “Você tem filho?”/ “nem vai ter mais” indica a possibilidade de fala do coagido, mas de modo controlado.

Ao analisarmos as falas de Wellington Manguiera e Milton Alves, evidenciamos uma relação de submissão e pistas de um discurso atravessados por formações discursivas permeadas pela violência, pela coação e pelo medo. Muitos dos presos optam pelo silêncio e pelo esquecimento, como meio para conseguir viver e superar os receios causados pelas vivências durante as prisões. Mas os sujeitos aqui analisado, optam por um caminho inverso, para superar a realidade eles relatam suas experiências na esperança de que todos tenham ciência da verdadeira história brasileira, de que os corpos torturados e as vidas ceifadas não tenham sido em vão.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É lamentável, embora um hábito comum, a passividade de grande parte da população diante de questões políticas relacionadas à nação ou ao Estado. Estamos há 32 anos do fim do regime militar no Brasil e o silenciamento em relação a muitos fatos ocorridos nessa época continua. Os corpos estão “adestrados” e os cidadãos, para não saírem da zona de conforto, para não serem incomodados pelo Estado, fecham os olhos, ou simplesmente concordam com políticas que maximizam a intolerância, se opondo apenas quando são diretamente atingidos, ou quando envolve algum de seus familiares ou alguém próximo. Durante o governo militar, grande parte da sociedade estava alheia, como se as práticas exercidas não lhes dissesse respeito, desse modo, os que tinham uma postura ativa eram poucos e insuficientes para lutar contra a dominação imposta.

Atualmente, o governo aparentemente sinaliza uma abertura em relação ao que aconteceu naquela época, com a publicação de testemunhos, com a criação de meios de difusão desse tema na literatura, na imprensa, na televisão e no cinema; mas falha quando não leva os militares que participaram direta ou indiretamente da tortura para deporem. A política do silêncio oficial ainda persiste, ainda que de forma mais amena, devido às demonstrações de abertura a respeito da questão; mas é certo que ainda prevalece o silêncio dos que viveram e/ou contribuíram para a construção desse período histórico.

Nos depoimentos ou entrevistas dos presos políticos em análise, em geral, observam-se relatos em que a resistência se manifesta quando falam sobre sua ação política, em relação à denúncia de “companheiros”, em relação à aceitação das leis impostas pelos militares etc. No entanto, a “denúncia” da tortura se sobressai. Os relatos das agressões e as sequelas físicas e psíquicas são enfatizados. O corpo se torna o objeto do qual emanam tais memórias. Por mais que os anos distanciem os acontecimentos, para os torturados, a facilidade de vivenciar os momentos de tortura é muito grande, devido às situações extremas por que o corpo e a mente passaram, fazendo-os carregar as marcas e os traumas.

A Comissão Nacional da Verdade foi responsável por investigar as graves violações dos direitos Humanos ocorridos no Brasil. Esse grupo analisa ocorrências de setembro de 1946, ratificando que a tortura existiu e bem antes do regime militar. A abertura política para investigar o que aconteceu nesses anos sombrios da história brasileira foi conquistada através da luta de cidadãos descontentes, que queriam

conhecer o que a história oficial não mostrava e se somaram à luta de familiares de presos políticos desaparecidos, das entidades civis sobre a abertura dos arquivos e dos militantes de esquerda, muitos ligados a partidos, na época, clandestinos. Apesar das atrocidades cometidas não ser um fato desconhecido para a maioria dos cidadãos, a abertura política outorgou oficialidade aos ouvidos, rompendo o limite do “dizível” e do “indizível”.

Para conhecer a história verdadeira é preciso ouvir e analisar a memória discursiva de quem realmente vivenciou a violência e conheceu na prática os métodos utilizados para conseguir confissões. Ao ouvir cidadãos que foram presos e torturados ao lutar por uma sociedade mais igual, apreendemos uma falsa concepção do que era chamado de segurança nacional.

Através do conteúdo dos relatos de Wellington Manguiera e Milton Alves, com suas lembranças e, conseqüente, reconstrução de suas histórias de combate ao regime militar, existe a possibilidade de resgate de parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada.

Entendemos, de acordo com a AD, que os sujeitos, ao produzirem seus discursos são afetados pela historicidade, uma vez que, conforme Orlandi (2002), é o saber discursivo que torna possível todo dizer, pois é retomado sob a forma do pré-construído, “o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra.”. Partindo dessa concepção, os relatos foram produzidos por sujeitos interpelados pela ideologia e afetados pela língua e pela história.

As formações ideológicas do dominador e dos dominados ficaram bem claras. Em todo o relato fica evidente o combate a um sistema que se utilizava de inúmeros métodos para deter a ação “subversiva”. Os sujeitos relatam, em seus discursos, fatos que visavam à precaução de uma possível descoberta e prisão. Ao mesmo tempo em que era imposto o temor, também se observa a resistência ao sistema, realizada por meio da imprensa alternativa, como a publicação dos jornais estudantis, e também de movimentos estudantis, ou mesmo quando, em meio a intensa perseguição, ainda se reuniam e planejavam ações.

O silêncio significativo fica evidente quando são descritas as torturas. Diante da coerção, o silenciar-se produz ou um efeito de subordinação, ao curvar-se ao outro, reforçando o estatuto de poder do torturador; ou de resistência, ao reagir, negar-se a dizer ou a fazer o que o outro exige, significando não querer submeter-se. Nesses

casos, o silêncio pode decorrer de diversos motivos: o silêncio de alguém que não pode falar o que realmente sente, por causa do risco da intensificação das torturas; o silêncio de alguém que reage por vontade própria, preferindo colocar a vida em risco, no sentido que os torturadores querem ouvir confissões ou denúncias; e o silêncio que cala o que não pode ser dito, submetendo-se ao algoz, que parece ser o meio mais simples de preservar relações, vidas. Por conseguinte, o silêncio (tomado como discurso) é o lugar onde se manifestam diversos sentidos, ocasionados pelas várias posições que o sujeito do pode ocupar. Assim, por meio da análise discursiva dos relatos dos presos políticos foi possível identificar os diversos sentidos decorrentes das posições assumidas pelos sujeitos do discurso.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Presença, 1980.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BRANDÃO, Helena. Introdução à análise do discurso. Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

BOGDAN, Roberta C; BIKLEN, Sari, K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto editora, 1994.

CARVALHO, Maria Leônia Garcia Costa. **A construção de uma discursividade feminista em Sergipe**: a revista renovação na década de 1930. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

DANTAS, I.D. **História de Sergipe: República (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

FERREIRA, L. O. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1989.

FLORENCIO, A. M. G. **Análise do discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice Editora, **Revista dos Tribunais**, 1990.

INDURSKY, Freda. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas: Mercado de letras, 2011.

\_\_\_\_\_. **Memória, interdiscurso: limites e contrastes**. IV Seminário de Pesquisa em Análise de Discurso. memória, interdiscurso, arquivo: limites e contrastes. 2009. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, Bahia, junho de 2009.

- LAGAZZI-RODRIGUES, S. Análise de discurso: a materialidade significativa na história. In: DI Renzo, Ana. Motta, Ana Luiza Rodrigues. Oliveira, Tânia Pitombo de. (Orgs.). **Linguagem, História e Memória: discursos em movimentos**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- LESSA, S. **Trabalho e ser social**. Mimeo. S/d.
- LUKÁCS, Georg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MAGALHÃES, Belmira. **Osujeito do discurso: um diálogo possível e necessário**. In. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 73-90, 2003.
- MALDIDIER, D.; NORMAND, Cl.; ROBIN, R. Discurso e Ideologia: Bases para uma pesquisa. In. ORLANDI, Eni et AL. (Org.) **Gestos de Leitura: Da história no discurso**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. **A ideologia alemã**. Tradução Waltensir Dutra e Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2 ed – Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Terra à vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6 ed – Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Discurso e leitura**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Maio de 1968: Os silêncios da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**: Autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar**. In Linguística: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Uberaba, Minas Gerais, 1984. p. 9-26.

PINHEIRO, Eduardo Carlos. **Memória dos presos políticos no período ditatorial brasileiro**. São Paulo: PUC, 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4 ed. Campinas, Unicamp, 2009.

\_\_\_\_\_. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, Pontes, 1990.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C (1975). **A propósito da Análise do Discurso**. In: GADET, F. & HAK, T. Por uma análise automática do discurso. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1990.

SILVA, José Otacílio. Althusser. In. OLIVEIRA, Luciano Amaral ET AL. (Org.) **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola, 2013.

SOBRINHO, Helson Flávio. **Discurso, velhice e classes sociais**. Maceió: UFAL, 2007.

VAISMAN, Ester. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Ensaio, São Paulo, 17/18, 1989.

## JORNAIS

A carta de Wellington. **Gazeta de Sergipe**, p. 8, 29 fev. 1976.

Advogado preso aconselha juventude abandonar comunismo. **Gazeta de Sergipe**. In. **Jornal do Brasil**. Sergipe, p. 1, 29 fev. 1976.

Dos 23 presos em Sergipe, só quatro são do MDB. **Gazeta de Sergipe**. In. **Jornal do Brasil**. Sergipe, p. 8, 28 fev. 1976.

AZEVEDO, Tertuliano. MBD Divulga nota oficial. **Gazeta de Sergipe**, Sergipe, p. 8, 25 fev. 1976.

*SITES*

**Aracaju na virada dos 70:** juventude, transgressão e militância. Disponível em: <  
<http://umacancaosingela.blogspot.com.br/>>. Acesso em 3 de outubro de 2016.

**Grupo Minha terra é Sergipe.** Disponível em: <  
<http://grupominhaterraesergipe.blogspot.com.br/>>. Acesso em 3 de outubro de 2016.

## ANEXOS

Anexo 1 - Gazeta de Sergipe, Sergipe, p. 8, 25 fev. 1976.

# MDB Divulga Nota Oficial

## NOTA OFICIAL

O Diretório Regional do MDB, tomando conhecimento das inúmeras prisões, que estão a ocorrer desde a última sexta-feira, de cidadãos aqui residentes, inclusive vários deles filiados ao Partido, procurou, pela sua Comissão Executiva as autoridades

ligadas ao Setor de Segurança, e nenhuma delas, informou o paradeiro dos detidos.

O MDB que tem posição declarada a favor das liberdades publicas, repugnando os atos de extremismos, sente-se na obrigação de vir a público:

1 — MANIFESTAR o seu repúdio ao procedi-

mento adotado, pois estão sendo presos, cidadãos sem o cumprimento das formalidades legais;

2 — PATENTEAR a responsabilidade dos órgãos de segurança pela incohumidade física dos detidos;

3 — COMUNICAR o fato ao Ministério da Justiça, a fim de que possa prevalecer os direitos da pessoa humana, aguardando que as altas autoridades do País, ao tomarem conhecimento do fato, ado-

tem as providências adequadas, dando uma explicação ao povo, principalmente, as famílias das vítimas;

4 — REAFIRMA o MDB sua disposição de continuar lutando, dentro da lei, para que os homens deste País, possam trabalhar e recolher-se as suas casas em paz, confiantes no amparo dos direitos individuais e no respeito a sua dignidade humana.

Tertuliano Azevedo  
Presidente

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL  
EM ARACAJU

GABINETE DO DELEGADO

SECRETARIA DE RECEITA



Anexo 2 - Gazeta de Sergipe. In. Jornal do Brasil. Sergipe, p. 8, 28 fev. 1976.

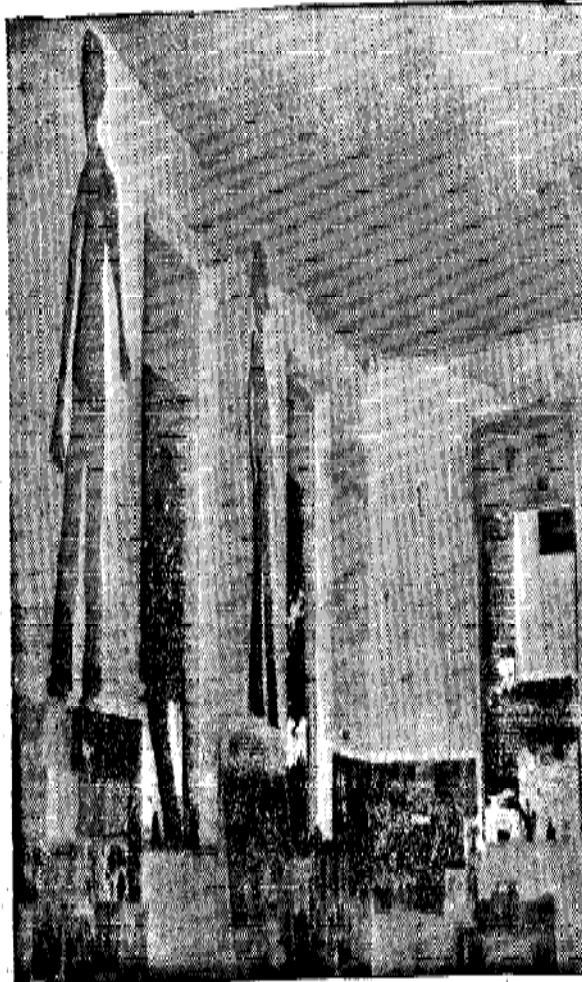
# Dos 23 Presos em Sergipe só Quatro São do MDB

## Encerrado Curso de Pré-Escolar

Um seminário simples realizada ontem as 15 horas no Jardim de Infância Augusto Marmari foi encerrado o Curso de Atualização em Pré-Escolar que foi iniciado no dia 10 do corrente mês sob o patrocínio da Secretaria de Recreação e Cultura com apoio do referido estabelecimento.

Durante a semana, de foi realizado uma exposição dos trabalhos confeccionados pelos participantes do curso quando de sua realização; trabalhos estes com fins didáticos, que servem para melhor desenvolvimento das atividades entre os professores do Pré-Escolar e os seus alunos.

Logo em seguida a Profª Maria de Lourdes Pereira da Silva do Instituto de Educação do Rio de Janeiro e a Profª Amélia Cavakante do novo Estado ministraram do referido curso e também mais uma vez os participantes do mesmo



Exposição dos trabalhos ao fim do curso.

## Governador Relata Contatos Mantidos no Rio e Brasília

O Governador José Rosemberg Leite conce-  
deu entrevista coletiva

nador foi comunicado  
pelo Presidente do Con-  
selho Nacional do Pe-

Presidência da República  
da criação pela Federa-  
ção das Indústrias e o

com o Secretário Geral  
do Ministério da Presen-  
da e o Diretor do Servi-

Salvador — "Não vejo por que se relacionarem com o MDB as prisões feitas em Sergipe, pois dos 23 presos, apenas quatro são membros do Partido e assim mesmo não exercem qualquer função especial", disse ontem o chefe do Serviço de Relações Públicas da 6.ª Região Militar, Major Ailton Gomes Alcantara.

O Major Alcantara é o chefe do Estado-Maior Coronel Cle Noli, acompanharam o Comandante da Região, General Adir Filiz de Castro, no visita de sete horas a Aracaju, para conhecer de detalhes das prisões e "verificar pessoalmente o estado físico de cada um dos presos, a fim de evitar distorções futuras".

### A COINCIDÊNCIA

O Comandante Filiz de Castro e os Chefes do Estado-Maior e do SBR deixaram Salvador às 8 horas e retornaram às 15. Em Aracaju permaneceram o tempo todo da visita ao 28.º Batalhão de Caçadores subordinado à VI Região Militar.

No fim da tarde o Major Ailton Gomes Alcantara em entrevista coletiva explicou os objetivos da viagem.

Ela teve por finalidade verificar o andamento das operações iniciadas na sexta-feira da semana passada pelos órgãos de seguran-

ça em Sergipe e que prosseguem. E também consultou que todos os presos estão em perfeito estado de saúde física e mental e têm assistência médica permanente.

As prisões — contou ele — se fizeram "rigorosamente de acordo com o Lei de Segurança Nacional, com mandato de prisão e, sempre que possível, em presença de testemunhas para se evitar fossem interpretadas como sequestro". Para o Major Alcantara, o Comandante do 28.º Batalhão de Caçadores, Coronel Osmar de Melo e Silva, não se recusou a atender a qualquer pedido de presença de um militante do MDB.

— Ele está disposto a prestar os esclarecimentos possíveis, dentro do que dispõe a Lei de Segurança Nacional.

Assegurou Major Alcantara que "não existe absolutamente nada contra o MDB nessas prisões".

— Apenas por coincidência quatro dos presos são filiados ao Partido.

Ele prometeu divulgar hoje o nome de todos os presos e também uma carta escrita segundo feita por um deles, Wellington Nogueira Marques, que se declara desiludido com seu envolvimento em atividades do Partido Comunista com o comunismo ao consumo de tóxicos e faz

uma exaltação à juventude". Explicou que Wellington é um dos quatro presos que durante dois anos fizeram parte da "organização política" na União Soviética.

Por fim o Major Alcantara explicou que a prisão anterior, em Salvador, do funcionário do Clube de Engenharia Luiz Carlos Vieira, "não tem nenhuma relação com as prisões em Sergipe".

— Luiz Carlos Vieira foi condenado a seis meses de prisão, há algum tempo, em Goiás e estava furtivo. Ele é acusado da prática de subversão e sua condenação foi a revelia.

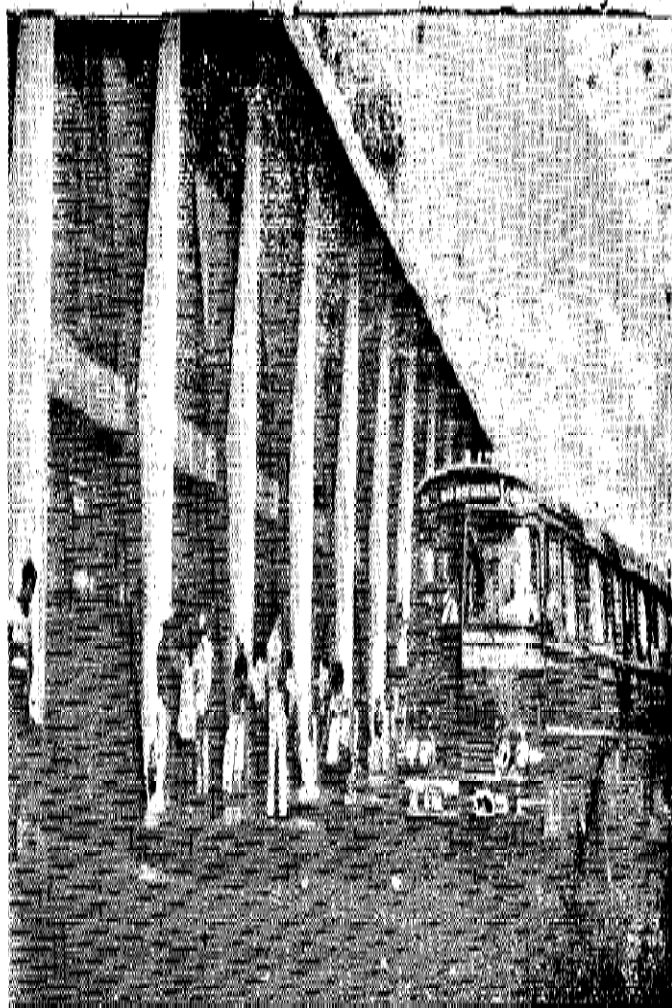
Luiz Carlos Vieira é filho de Paulo Vieira, preso em junho como acusado de ligações com o PCB e que aguarda julgamento.

Identificado no Rio de Janeiro em Sergipe do jornalista e advogado Jackson Sá Figueiredo, o presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Presidente de Moisés Neto, dirigiu mensagens ao Ministro da Justiça, Armando Falcão, ao Comandante do IV Exército, General Moacyr Barcelos Peryassou e ao Governador José Falkenberg Leite, com pedido para a libertação do preso, suspensão de sua incommunicabilidade e permissão de visita ao advogado e parentes.

Transcrito do "Jornal do Brasil", 27.02.76

Anexo 3 - Gazeta de Sergipe. In. Jornal do Brasil. Sergipe, p. 1, 29 fev. 1976.

# Advogado Preso Aconselha Juventude Abominar Comunismo



Salvador — O Serviço de Relações Públicas da 6ª Região Militar distribuiu ontem cópias de uma "carta-conselho" com a assinatura do advogado Wellington Dantas Manguiera Marques, uma das 23 pessoas presas nos últimos dias em Sergipe sob acusação de pertencem ao Partido Comunista Brasileiro. Continuam detidas 11 pessoas.

O advogado renuncia à sua militância no PCB, dirigindo-se diretamente aos jovens. Desaconselha qualquer ligação com o Partido Comunista. Afirma que todos devem abominar o comunismo "Renegar as filosofias exóticas é um dever da juventude".

Após distribuir a carta, o chefe do Serviço de Relações

Públicas, Major Alcantara, reafirmou que "todos os 11 presos passam bem. Estão, inclusive, sendo assistidos por um médico. Um deles, Pedro Hilário, que quando foi preso estava com a pressão arterial bastante alta, melhorou de saúde".

Chegou a Sergipe um procurador da Justiça Militar do Rio de Janeiro, para acompanhar o desenvolvimento do processo. O Major Alcantara disse que "todas as prisões foram feitas dentro dos padrões da Lei de Segurança Nacional" e que a incomunicabilidade dos presos será quebrada na segunda-feira, quando completarem 10 dias de prisão.

Depois do carnaval serão transferidos para Salvador onde correrá o processo em que são acusados de militância no extinto Partido Comunista Brasileiro. Na Capital está a sede da 6ª Região Militar. O Major esclareceu também que os 12 presos em liberdade dificilmente responderão o processo.

Presos continuam: Pedro Hilário, Márcio Bontim Rocha, João Santana Sobrinho, Carvaldo Lima Santos, Antonio José Gê, Jackson de Sá Figueiredo, Milton Coelho de Carvalho, José Soares dos Santos, Delmo Nazareno, Faustino Alves Menezes e Luiz Mário Santos Silva. A carta está na Pág. 8.

Anexo 4 - Gazeta de Sergipe, p. 8, 29 fev. 1976.

# A Carta de Wellington

"Jogou-me o destino pa-  
ze os cominhos do que me  
parecia um sonho, mas, em  
verdade, foi se constituin-  
do num verdadeiro pesáda-  
lo.

Jovem, cheio de vida,  
como todo jovem, fui en-  
frentando os obstáculos,  
pensando destarte tornar  
mais subline meu ideal.

Jovem, no ímpeto da  
idade, avancei em direção  
a miragem fantasmagóri-  
ca do comunismo... fui à  
Rússia... que decepção!

Preso, às vésperas do  
carnaval apesar de já não  
mais professor a ideologia  
marxista, senti ansias de  
dizer a esta juventude, não  
porque estivesse preso —  
mas, porque amo — que  
não se deve seduzir pela  
fraseologia engendrada ou  
pela fraseologia engandora  
das palavras.

Hoje, mais do que an-  
tem, é necessário encon-  
trar o modo de viver pró-  
prio da nossa gente.

A rebeldia, a insatifa-  
ção, comum à nossa idade,  
devemos conduzi-los para  
a construção do nosso país  
seguindo a experiência dos  
nos velhos, com base na  
religião cristã, repudiando  
o comunismo e nos impedi-  
do como nação "gigante  
pela própria natureza".

Amigo, não sou de fazer  
cartas, mas como a soli-  
dão transforma loucos em  
sábios e o tempo em nada,  
faço minhas estas eucu-  
brações que bem podem se  
constituir num conselho.

Veja bem, na flor do  
nossa idade, quando tudo  
realmente são flores, há  
momentos que achamos que  
é necessário ser diferen-  
te... e começamos a dis-  
cordar. Discordamos de  
tudo. Para tudo procura-  
mos uma explicação... E  
o que é perigoso costumá-  
mos nos apaixonar pelo  
fruto proibido.

Uns fumam maconha,  
outros preferem ler Marx.  
E entre a maconha e o  
marxismo a juventude co-  
meça a se descaracterizar  
e o pior acontece, só aí,  
quando os fatos já estão  
consumados é que procura-  
mos a proteção, a orienta-  
ção, a explicação nunca  
antes pedida.

Agora, veja voce ami-  
go, voce mesmo jovem já  
tem discernimento: não é  
melhor cumprir as leis,  
amar, como todo jovem a  
viver orgulhoso de ter este  
vasto país como berço?...

Abominar o comunismo  
Renegar as filosofias exó-

ticas é um dever da juven-  
tude.

...E, a partir daí, que  
nosso sonho seja a gran-  
deza do Brasil. Seja a ro-  
bustez de nossa juventude  
e não o ideal vazio do co-  
munsimo, esdrúxulo e in-  
consequente.

Quantos jovens tiveram  
ou tem seu futuro com-  
prometido porque se com-  
prometeram com o comu-  
nismo?

Eis porque, pela razão,  
livre e consciente, dirije-  
me aos jovens de boa ver-  
tude e embro-lhes o que  
disse Virgílio: "A abelha  
e a serpente não sugam  
da mesma flor".

Jovens estudem, divirtam-  
se, trabalhem e amem que  
estarão servindo a voces  
mesmos e a sua pátria.

Na grandeza dessa na-  
ção há lugar para todos.  
Há riquezas por explorar,  
economias a se realizar e  
um futuro a alcançar.

E alcançaremos unidos  
"numa só emoção" gri-  
tando o mesmo "grito"  
"Avante Brasil... avante"  
Aracaju, (4) 24 de fe-  
vereiro de 1976

Wellington Dantas Men-  
gueira Marques

# Jovens e o processo político

Temos a fortuna de sermos uma nação de maioria jovem, o que quer dizer idealista, dinâmica, impaciente, determinada. Era de convir que essa maioria jovem, em nosso Estado, pudesse, na área de ação da ARENA, encontrar seus elementos de orientação partidária e equilíbrio político na experiência dos velhos chefes políticos. No entanto, esses velhos sobas continuam apegados a uma mentalidade obsoleta, ultrapassada, e a sobrevivências anacrônicas.

Tornam-se por isso mesmo, reduzidas as chances político-eleitorais desses medalhões da política sergipana, além de representarem espantalhos mesmo aos candidatos jovens que se abrigam à sombra do partido que dominam, precisamente porque símbolos vivos de interesses oligárquicos, que o povo repudia. E, no entanto, devia ser através deles que fluísse a essência dos valores políticos, capaz de forjar novas lideranças partidárias, para o bem do país e de Sergipe, condições inexistentes no seio tumultuado da ARENA, neste Estado, pelo menos na atual conjuntura.

Há uma natural vocação dos nossos jovens para a política, mas como pode a juventude, sobretudo a universitária, realizar era tendência pelas vias normais das organizações político-partidárias, se dominadas pela tacanhez de velhos sobas, de mentalidade política estacionária? Essa circunstância, decorrente da permanência de estruturas arcaicas, continua a impedir o elo entre a formação política, papel das instituições universitárias, e a participação consciente no processo político nacional.

Dentro deste elementar raciocínio, nada mais natural a conclusão de que a participação política dos universitários deverá implicar alternativas capazes de unir interesses e aspirações dos jovens aos reclamos maiores da nacionalidade. Para isso, uma das opções válidas seria a de que a presença dos jovens se fizesse sentir dentro dos amplos limites dos partidos políticos. Tem sido, num reconhecimento da importância da participação e colaboração dos jovens no processo político nacional, o próprio pensamento já tantas vezes manifestado do Presidente Geisel.

